

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PEDRO ROCHA ALVES PIAZ

A HISTÓRIA DO COTIDIANO EM “O PODER DOS SEM-PODERES”

Niterói, RJ

2024

PEDRO ROCHA ALVES PIAZ

**DECLARAÇÃO DE PRAGA E PARLAMENTO EUROPEU: POLÍTICAS DE
MEMÓRIA E INTEGRAÇÃO DA EUROPA CENTRAL NA UNIÃO EUROPEIA
(2008-2019)**

Monografia apresentada à Coordenação de Graduação
como requisito final para obtenção do título de Licenciado
em História pelo Instituto de História da Universidade
Federal Fluminense.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janáina Martins Cordeiro

Niterói, RJ

2024

PEDRO ROCHA ALVES PIAZ

**DECLARAÇÃO DE PRAGA E PARLAMENTO EUROPEU: POLÍTICAS DE
MEMÓRIA E INTEGRAÇÃO DA EUROPA CENTRAL NA UNIÃO EUROPEIA
(2008-2019)**

Monografia apresentada à Coordenação de Graduação como requisito final para obtenção do título de Licenciado em História pelo Instituto de História da Universidade Federal Fluminense. Aprovada pela comissão examinadora abaixo assinada, nas datas indicadas junto às assinaturas.

Aprovada em 31 de agosto de 2024

Prof. Dr.^a Janaína Martins Cordeiro

Prof.^a Dr.^a Renata Torres Schittino

Niterói, RJ

2024

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

P584d Piaç, Pedro Rocha Alves
Declaração de Praga e Parlamento Europeu : Políticas de memória e integração da Europa Central na União Europeia (2008-2019) / Pedro Rocha Alves Piaç. - 2024.
53 f.

Orientador: Janaína Martins Cordeiro.
Coorientador: Renata Torres Schittino.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2024.

1. Declaração de Praga. 2. Memória. 3. Parlamento Europeu. 4. Europa Central. 5. Produção intelectual. I. Cordeiro, Janaína Martins, orientadora. II. Schittino, Renata Torres, coorientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. IV. Título.

CDD - XXX

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender como a Declaração de Praga sobre a Consciência Europeia e o Comunismo, documento aprovado pelo Parlamento da República Tcheca em 2008, que é crítico em relação à experiência comunista no país e na Europa, é refletida nos debates do Parlamento Europeu - um dos órgãos legislativos da União Europeia. Ao considerar as diferentes apropriações do passado, a pesquisa também busca entender o papel do passado traumático europeu no contexto de avanço da integração dos países europeus no pós-guerra, o qual passa a incluir as memórias dessas nações em suas políticas transnacionais. Nesse sentido, o bloco europeu que antes lidava com a necessidade de reparar as vítimas do Holocausto, teve que incluir novos grupos sociais nessas ações, tendo em vista as novas demandas memorialísticas. Ao dissertar sobre as vítimas do comunismo, a Declaração de Praga visava apontar que os países da Europa Central foram alvos de dois regimes totalitários: o nazista e o comunista. Assim, este trabalho objetiva articular os debates parlamentares com os resgates do passado feitos por intelectuais tchecos e da região que aderiu tardiamente à UE.

Palavras-chave: Declaração de Praga; memória; Parlamento Europeu; Europa Central.

ABSTRACT

This work aims to understand how the Prague Declaration on European Conscience and Communism, a document approved by the Czech Parliament in 2008, which is critical of the communist experience in the country and in Europe, is reflected in the debates of the European Parliament - one of the legislative bodies of the European Union. By considering the different appropriations of the past, the research also seeks to understand the role of Europe's traumatic past in the context of the advancing integration of European countries in the post-war period, which began to include the memories of these nations in its transnational policies. In this sense, the European bloc, which had previously dealt with the need to make reparations to the victims of the Holocaust, had to include new social groups in these actions, in view of the new memorial demands. In discussing the victims of communism, the Prague Declaration aimed to point out that the countries of Central Europe were the targets of two totalitarian regimes: the Nazis and the Communists. The aim of this paper is to link the parliamentary debates with the recollections of the past made by Czech intellectuals and those from the region that joined the EU at a late stage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO 1 - A Declaração por uma memória anticomunista.....	10
CAPÍTULO 2 - A integração europeia no pós-guerra e o Parlamento Europeu.....	22
CAPÍTULO 3 - A memória crítica ao comunismo após a Declaração de Praga.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
BIBLIOGRAFIA.....	51

Introdução:

Concebida no dia 3 de junho de 2008, no Parlamento da República Tcheca, a Declaração de Praga¹ sobre a consciência europeia e o comunismo sintetizou um conjunto de visões sobre o passado traumático europeu, especialmente os crimes cometidos pelos governos comunistas, englobando-os na categoria de totalitarismo. Ao destacar a consciência europeia, esse documento visou ressignificar o processo de (re)integração do continente, o qual se aprofunda com a consolidação de instituições transnacionais. A primeira delas foi a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, criada em 1951, que contava com sete membros: Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo. Ela foi o embrião da União Europeia, que expandiu-se no ano de 2004 para incluir dez países-membros de uma só vez.

Ao ressaltar o comunismo como elemento de memória traumática, a declaração tem a intencionalidade de realizar uma denúncia formal dos crimes cometidos por esses regimes, afirmando em suas primeiras palavras que a Europa só pode verdadeiramente reunificar-se a partir do reconhecimento de que o passado europeu foi marcado pela violência do nazismo e do comunismo, revisitando os crimes totalitários cometidos no século XX.

Este trabalho monográfico justifica-se por vários fatores. O primeiro deles é que a União Europeia ainda é pouco explorada pelos historiadores, sendo um objeto de estudo negligenciado pela historiografia, mas muito abordado pela Ciência Política e pelas Relações Internacionais. As políticas de memória do bloco surgem a partir dos debates sobre o passado traumático europeu e a integração das memórias contribuiu para estudar a forma que o comunismo é pensado ao longo do tempo. Segundo Laure Neumayer, a República Tcheca desempenhou um papel fundamental na UE, pois a presidência tcheca no primeiro semestre de 2009 colocou as discussões memorialísticas no centro de sua atuação². Desse modo, é relevante analisar o modo pelo qual a Declaração de Praga foi apropriada nesse contexto europeu, observando o desenrolar de suas proposições.

Além disso, a ideia de Europa Central também é pouco analisada pelos historiadores. Esses países - Hungria, República Tcheca, Polônia e Eslováquia, por exemplo, por vezes tratados como países do leste europeu, apresentam-se para o mundo colocando-se como

¹ Disponível em:

web.archive.org/web/20120319205014/http://www.victimsofcommunism.org/media/article.php?article=3849

² NEUMAYER, Laure. "Integrating the Central European Past into a common narrative: the mobilizations around the 'crimes of communism' in the European Parliament". *Journal of Contemporary European Studies*, 2015.

Europa Central, que é uma ideia que ultrapassa concepções geográficas, mas assume condições ideológicas, ressaltando que essas nações são, historicamente, primordiais para a construção da ideia de Europa e seus valores culturais e políticos. De acordo com Otilia Dhand, esse conceito reapareceu no debate intelectual da região por volta da década de 1980 e é utilizado como sinônimo para valores humanísticos e de liberdade, o qual busca realizar uma contraposição ao conceito e à experiência do comunismo na região, aproximando-se culturalmente dos valores do Ocidente³. Isso foi importante, como será exposto ao longo do texto, para sensibilizar um discurso político para esses países aderirem à OTAN e à União Europeia.

Nesse sentido, este texto propõe pensar a Declaração de Praga como uma fonte histórica, capaz de catalisar um discurso anticomunista que é fruto de construções intelectuais e articulações de grupos políticos, com a atuação de ONGs. De tal modo, visa-se discutir o conjunto de camadas que envolvem esses debates, os quais resultaram no documento tcheco. Ao destrinchar as considerações iniciais, os dezenove pontos propostos e a conclusão, serão refletidas de maneira crítica as questões supracitadas. Para isso, partirei da ideia de que o conhecimento histórico vai além do passado em si, importando mais as diferentes formas que o tempo pretérito assume ao longo do tempo, tendo em vista que as demandas sociais do tempo presente e o contexto vivido impactam diretamente nas visões sobre o passado⁴. Assim, a memória do comunismo é expressa de diversos modos, com o recorte escolhido sendo o caso da República Tcheca, com o intuito de realizar um diálogo com a Declaração de Praga, apesar dos signatários não serem exclusivamente desse país.

Metodologicamente, optou-se por trabalhar com arquivos que possuem acesso liberado de forma virtual, tendo em vista a distância física em relação ao objeto de estudo. Pela internet, é facilitado o acesso aos debates do Parlamento Europeu⁵ e a fontes jornalísticas da República Tcheca, as quais foram traduzidas com o auxílio de inteligência artificial, pois essas redes neurais possuem a capacidade de compilar mais informações do que qualquer tradutor, fornecendo um texto com mais coesão e seguindo os parâmetros das normas linguísticas.

Essas fontes permitem analisar o desencadeamento das demandas da Declaração de Praga, embasada na conexão entre passado e presente, através das balizas metodológicas da

³ DHAND, Otilia. *The Idea of Central Europe: Geopolitics, Culture and Regional Identity*. London and New York, I.B. Tauris, 2018.

⁴ DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018.

⁵ Disponível em: www.europarl.europa.eu/plenary/en/debates-video.html#sidesForm

História do Tempo Presente, destacando-se a ideia de Henry Rousso, o qual define a última catástrofe enquanto evento inaugurador da HTP, com a emergência da figura da vítima, do fator da violência e dos traumas⁶. No caso da história da Europa, esse passado traumático, segundo Rousso é delimitado pela Segunda Guerra Mundial, pois ela apresentou um grau de violência jamais visto. Esse “passado que não passa”⁷ consolida a memória nos debates políticos, pois ela passa a ser parte do interesse público, levando em consideração as reivindicações por políticas de reparação das vítimas. Dessa forma, no âmbito da União Europeia, as diversas identidades com a necessidade de se traçar uma memória coletiva, propiciam uma crise de memória, na qual os aspectos nacionais chocam-se com a memória cultural mais ampla⁸.

A experiência comunista na Tchecoslováquia iniciou-se em 1948, com o chamado “golpe de Praga”, no qual o Partido Comunista da Tchecoslováquia, apoiado pela União Soviética, assumiu o controle governamental do país, implementando um regime ditatorial que durou cerca de quatro décadas. Em 1968, a resistência pacífica de intelectuais e estudantes, que se organizavam trocando cartas e reunindo-se em congressos como em 1967, quando literatos discutiram a necessidade de ser independentes em relação à doutrina do partido, possibilitou a Primavera de Praga, período no qual Alexander Dubček assumiu a liderança do partido, conduzindo reformas que almejavam o estabelecimento da ordem democrática, criticando o “socialismo realmente existente”. Václav Havel - mais tarde um dos signatários da Declaração de Praga - e o escritor Milan Kundera eram notáveis apoiadores dessas reformas, tanto que ao final da década de 1960, a intelectualidade tcheca apropria-se do conceito de totalitarismo para combater a dominação soviética, mas afastando a ideia de importar o modelo liberal, defendendo a implementação de um “socialismo de rosto humano”⁹.

No entanto, essa tentativa fracassou com a invasão dos tanques soviéticos ao país em 1968, impedindo o avanço das propostas democráticas, radicalizando o regime. Esse ataque foi, inclusive, criticado por membros do Partido Comunista da Tchecoslováquia, pois gerou cerca de 137 mortes e 500 pessoas gravemente feridas. Mas o anseio por mudanças sociais permaneceu, intensificando a resistência pacífica, que passou a se organizar de forma mais clandestina.

⁶ ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

⁷ MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. Entrevista com Henry Rousso. Tempo 24 (2), mai/ago. 2018.

⁸ CORDEIRO, J.; LIEBEL, V.. Crises da memória na Europa contemporânea: 1918, 1945, 1989 e além. Tempo, v. 28, n. 3, p. 284–300, set. 2022.

⁹ TRAVERSO, Enzo. El totalitarismo: Historia de un debate. Universidad de Buenos Aires, primera edición: julio de 2001.

As críticas e oposição ao regime ancorado na URSS cresceram em 1976, quando integrantes de uma banda de rock, *The Plastic People of the Universe*, foram presos por perturbação da ordem pública. Isso indignou a sociedade civil, motivando escritores e artistas a pedirem sua liberdade. Esse movimento foi a base para a Carta 77, documento crítico à prisão dos músicos e ao governo comunista, então comandado por Gustáv Husák, teve Václav Havel como um de seus porta-vozes. Apesar de Havel ter sido preso, as críticas cresciam e a resistência encontrava-se cada vez mais mobilizada, ganhando espaço na sociedade civil tchecoslovaca. A carta tinha como objetivo dialogar com as autoridades, chamando a atenção para violações dos direitos humanos, propondo soluções.

Dessa forma, ao apontar para os acordos internacionais assinados pela Tchecoslováquia e a própria lei do país, esses intelectuais buscaram implementar ações pacíficas para enfrentar as adversidades. Isso é explicitado a partir do livro *O Poder dos Sem Poderes*, originalmente escrito por Václav Havel em 1978, que contribuiu para aumentar o engajamento em torno da dissidência ao regime comunista. A essência da crítica ao comunismo presente nesta obra parte da defesa da democracia, posicionando-se contra o que caracterizou como uma “ditadura pós-totalitária”¹⁰.

Também havia dificuldades por parte desses intelectuais em entenderem-se enquanto cidadãos de esquerda, tendo em vista a ligação direta feita com o regime soviético. Essa comparação lógica fazia com que eles se distanciassem desses rótulos. Isso é notório no comentário de Havel sobre a carta 77, deixando claro que não se tratava de ser de direita ou de esquerda, mas de uma iniciativa cívica preocupada com a verdade¹¹. E essa verdade, de acordo com ele, deveria ser vivida de modo a expor suas insatisfações, denunciando as violações contra os direitos humanos, resistindo de forma pacífica.

Essas ideias, assim como a de outros escritores, foram primordiais para a Revolução de Veludo, em 1989, quando o regime comunista foi deposto, libertando-se do jugo soviético e restaurando a ordem democrática. Além do cenário geopolítico da Queda do Muro de Berlim, as manifestações populares com protestos de rua com milhares de pessoas em diversos países da região retrataram a vitória da resistência pacífica. Esse marco histórico alterou as visões sobre o passado na Tchecoslováquia, pois por meio de uma nova ordem institucional, os crimes cometidos pelo regime comunista passaram a ser amplamente denunciados, com estudos recebendo apoio por parte do Estado, que passou a ter Václav

¹⁰ HAVEL, Vaclav. *The Power of the Powerless: Citizens Against the State in Central Eastern Europe*. Routledge Taylor & Francis Group, 2015.

¹¹ Disponível em: www.totalita.cz/vysvetlivky/ch77.php

Havel como presidente, eleito pelo Parlamento recém-formado em dezembro de 1989 e democraticamente eleito em julho de 1990. Mais do que simbólica, essa mudança de um intelectual anticomunista anteriormente preso para posteriormente alcançar um cargo de liderança, também produziu resultados práticos, principalmente a respeito da memória do comunismo.

Dessa maneira, a mobilização de uma memória crítica ao comunismo foi uma estratégia encontrada por figuras políticas dos países recém livres dos regimes ditatoriais apoiados pela URSS, destacando-se a República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia, que passaram a compor, a partir de 1991, o grupo de Visegrado. Essas nações tinham o comum interesse de aderir à OTAN e à União Europeia, integrando-se às instituições e aos valores ocidentais. Para isso, era imperativo construir uma narrativa política que os igualasse à experiência histórica da Europa Ocidental. As abordagens iniciais foram o uso do conceito de Europa Central para exprimir aproximação ao ocidente e a formação de uma identidade nacional distanciada do passado de dominação soviética.

No caso da República Tcheca, durante a década de 1990, sedimentou-se no debate público o consenso anticomunista, no qual a memória dos crimes do comunismo era um ponto central de reivindicações, a partir da máxima “lembrar para jamais repetir”. Já em âmbito europeu, uma disputa política no campo memorialístico passou a ser travada com as lembranças dos cinquenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial, pois a União Europeia, a partir de 1993, realizou uma série de debates em suas instituições, principalmente no Parlamento Europeu.

Com o documento “*Human Rights in the World*”¹², aprovado em 26 de abril de 1995, foram estabelecidos alguns parâmetros para o reconhecimento do passado traumático europeu. Em um bloco europeu que contava com quinze países membros, foi designado que o Holocausto era o evento memorialístico unificador do continente, tendo em vista a singularidade da violência empregada visando o genocídio. Isso, de certo modo, excluía os países que passaram pela experiência comunista desse passado comum. Um embate entre o “paradigma transnacional da Shoah”¹³ e a condenação dos crimes dos totalitarismos representavam um problema para o processo de integração da Europa, tendo em vista que essas memórias constituem parte fundamental para as identidades nacionais. Esse conflito também é retratado por Aleida Assmann, que expressa o passado europeu como um objeto em

¹² Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-4-1995-04-26_EN.pdf

¹³ DROIT, Emmanuel. The Gulag and the Holocaust in Opposition: Official Memories and Memory Cultures in an Enlarged Europe. Dans Vingtième Siècle. Revue d’histoire Volume 94, Issue 2, 2007, p. 101-120.

disputa, longe de ser fechado, ressaltando o duradouro período de violência¹⁴. Tal “memória dividida” foi o ponto de ação para tentar construir memórias transacionais.

A entrada dos países da Europa Central na OTAN em 1999 e na União Europeia em 2004 não encerrou essa questão, mas aprofundou-a. A memória do comunismo ganhou espaço nas discussões sobre o passado traumático, acrescentando novas tensões em uma nova UE, que teve o seu maior alargamento no ano da adesão desses países, passando dos 15 membros em 1995 para 25 países-membros em 2004.

Com a Declaração de Praga e a presidência tcheca na UE, em 2009, a memória do comunismo fixou-se nos debates Parlamento Europeu, até culminar no documento “*Importance of European remembrance for the future of Europe*”¹⁵, aprovado no dia 19 de setembro de 2019. Assim, objetiva-se neste trabalho destacar a atuação e a articulação entre os atores políticos ao longo desses anos, e como eles se apropriam do passado comunista para criminalizar a ideologia em si, igualando-a ao nazismo. Para isso, partirei da Declaração de Praga, buscando entender seu contexto histórico, composição e desdobramentos, traçando paralelos entre o contexto europeu e o debate público na sociedade tcheca.

Sendo assim, este texto será composto por três capítulos, a fim de analisar o tema exposto. No primeiro capítulo, a proposta é analisar a Declaração de Praga, destacando seus aspectos e seus idealizadores, apontando o debate historiográfico sobre o totalitarismo e a importância desse conceito para a declaração. Para isso, as considerações iniciais do documento, bem como as suas 19 demandas, serão ressaltadas a partir do contexto histórico da República Tcheca e a articulação política dos seus signatários. Além disso, a discussão intelectual sobre o conceito de totalitarismo será evidenciada, com o intuito de demonstrar os seus usos ao longo do tempo e como ele se relaciona diretamente com a memória do comunismo, representando um instrumento de reivindicação por políticas de reparação no tempo presente.

Já no segundo capítulo, o Parlamento Europeu será abordado, desde sua criação, com a proposta de Robert Schuman de integrar o continente, até o ano de publicização da Declaração de Praga. Nesse sentido, pretende-se percorrer a história da União Europeia, destacando, além da expansão do bloco, o processo de integração memorialística e as questões que surgem com a entrada dos países da Europa Central, os quais tiveram experiências históricas diferentes dos outros países, tendo em vista que o fim da Segunda Guerra Mundial

¹⁴ ASSMANN, Aleida. “Europe’s Divided Memory”. In: BLACKER, Uilleam, ETKIND, Alexander, and FEDOR, Julie (ed.). *Memory and Theory in Eastern Europe*. New York, Palgrave Macmillian, 2013.

¹⁵ Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2019-0021_EN.pdf

não representou para eles a estabilidade democrática. Assim, a memória do comunismo torna-se um elemento central para a identidade desses países, impondo alterações nas políticas de memória da UE e a própria visão institucional do passado traumático europeu.

Por fim, no terceiro capítulo serão analisados os impactos das ideias da declaração no Parlamento Europeu, bem como a ação de atores políticos e ONGs para institucionalizar a memória anticomunista em âmbito europeu. Assim, serão analisadas a criação e as políticas da *Platform of European Memory and Conscience* - Plataforma da Memória e Consciência Europeia -, instituição educacional da União Europeia e sua relação com as organizações tchecas. Ademais, será traçado os avanços, ou não, das demandas da Declaração de Praga na UE, observando o seu impacto nas políticas de memória. O trabalho monográfico encerra-se no ano de 2019, levando em consideração as comemorações dos vinte anos da Revolução de Veludo e o marco de dez anos após a presidência tcheca do Conselho Europeu.

Capítulo 1: A Declaração por uma memória anticomunista

A Declaração de Praga de 2008 resulta de uma série de articulações políticas na República Tcheca e em outros países, o que traz complexidades para sua formulação. Internamente, o apoio de Václav Havel, que não era mais o presidente do país nesse período, e da classe política, instalada no Parlamento nacional e europeu, consolidaram no país a visão memorialística de que os crimes cometidos pelos regimes comunistas deveriam fazer parte do passado traumático comum do continente, equiparando as experiências dos gulags com as do Holocausto. De acordo com Laure Neumayer, esse “*Prague Process*” foi determinante para pautar a “natureza criminoso” do comunismo no Parlamento Europeu¹⁶, visando alterar o curso das políticas de memória da União Europeia.

Mesmo no contexto de ser aprovada no Senado da República Tcheca, no dia 3 de junho de 2008, a declaração possuía o objetivo de impactar as políticas do continente, evocando uma identidade cultural e política que dialoga diretamente com os valores defendidos pela Europa Ocidental a partir do pós-guerra. Apesar de ser um país, naquele momento, com quinze anos de existência, buscou-se retomar o passado histórico da Tchecoslováquia, silenciando sobre os eslovacos, pois a relação entre os povos era desigual.

Essa disputa narrativa identitária solidificou-se na região desde o período entreguerras. Na Tchecoslováquia, a construção de narrativas políticas foi uma estratégia adotada pelo Estado, com a idealização de um mito de que, entre 1914 e 1948, o país era uma ilha de valores democráticos e do racionalismo, reprimidos por governos autoritários¹⁷. Isso era feito por meio da *Orbis*, uma agência de propaganda com sede localizada no Ministério das Relações Exteriores.

Tal instrumentalização do passado por parte dos Estados nacionais está fortemente vinculada ao contexto de formação das nações. De certo modo, a reconfiguração da Europa Central com a desagregação da União Soviética impôs a necessidade de reconstruir as identidades nacionais e da própria Europa. A memória, nesse sentido, foi um campo a ser explorado por diversos estudos, muitos deles não mais ligados ao Estado, tendo em vista o desenvolvimento das formas de se estudar a história. Isso foi intensificado com a emergência de políticas de reparação, as quais ganharam espaço no debate público a partir do final da

¹⁶ NEUMAYER, Laure. Integrating the Central European Past into a Common Narrative: The Mobilizations Around the ‘Crimes of Communism’ in the European Parliament. *Journal of Contemporary European Studies*, 2015.

¹⁷ ORZOFF, Andrea. *Battle for the Castle. The Myth of Czechoslovakia in Europe, 1914–1948*. Oxford University Press, 2009.

Segunda Guerra Mundial, pois para realizar tais ações de justiça social, era necessário coletar informações e definir as vítimas e perpetradores dos processos de violência que marcaram os países e o continente europeu.

A Declaração de Praga é uma fonte primária, disponibilizada em arquivos virtuais traduzida do tcheco para a língua inglesa. Um dos acervos a qual se encontra é o do *Victims of Communism Memorial Foundation*, uma instituição estadunidense fundada em 1993, foi autorizada por um ato unânime do congresso dos Estados Unidos, assinado como Lei Pública pelo presidente Bill Clinton. Seu então presidente, Lee Edwards, historiador estadunidense, foi um dos signatários da declaração. Essa integração anticomunista, além da tradução dos textos, era uma estratégia política que visava amplificar o raio de ação das proposições do documento, pois auxiliava na circulação das ideias, levando em consideração que a língua tcheca possui pouquíssimos falantes fora de suas fronteiras. Inserida nesse contexto, a Declaração de Praga tem como principal linha argumentativa a denúncia sobre os crimes cometidos pelos regimes comunistas, observando o século XX como um momento histórico marcado pela ascensão do totalitarismo, estruturando-se com as considerações iniciais, dezenove demandas, uma exortação à Europa e a lista dos signatários.

Por meio da violência provocada pelo nazismo e o comunismo, a declaração possui a intencionalidade de igualar esses regimes, colocando a República Tcheca em lugar de destaque, por ter sofrido invasões de ambos os regimes totalitários. Esse movimento visava impactar as políticas de memória da União Europeia, integrando a memória nacional, assim como outros países pós-comunistas, à da Europa. A partir de 2004, com a adesão de dez países no bloco europeu, oito deles antigas repúblicas soviéticas: República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia, Polônia, Hungria, Letônia, Lituânia e Estônia, isso tornou-se uma pauta central, também levando em consideração a verba destinada. O programa *Culture 2007*, aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu, considerava a valorização do patrimônio cultural comum europeu, enquadrando museus, arquitetura e artes como campos de investimentos importantes para a compreensão da história do continente¹⁸. Nele, a União Europeia aprovou um gasto de 600 milhões de euros, entre 2007 e 2013. Isso aponta a relevância dessas discussões no campo geopolítico, para os eurodeputados arrecadarem recursos para projetos nacionais e no campo social, projetando o próprio país enquanto construtor dos ideais europeus, produzindo a noção de pertencimento à Europa.

Dessa forma, ao enfatizar a “má consciência sobre o passado comunista”, a Declaração de Praga pretende equiparar os horrores do nazismo ao comunismo, destacando a

¹⁸ Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-6-2005-0397_EN.pdf

dimensão dos crimes contra a humanidade em ambos os regimes. Essa argumentação expressa a natureza anticomunista desse texto, criticando o “socialismo realmente existente”, o qual foi, de acordo com os relatores, utilizado para objetivos expansionistas e a manutenção de ditaduras. No entanto, percebe-se que existem intencionalidades diferentes na construção desse documento, tendo em vista que esse sentimento anticomunista não é homogêneo. Frequentemente relacionado à extrema-direita, ele também assume uma forma crítica por parte de políticos e cidadãos tchecos progressistas, os quais olham de forma negativa para o regime soviético instaurado no pós-guerra e valorizam a democracia.

Por meio disso, aponta-se nas considerações iniciais da declaração que a ideologia comunista é diretamente responsável por crimes contra a humanidade, e que a má compreensão sobre o passado comunista pode representar um fardo pesado para o futuro da Europa. Um dos resultados do comunismo, de acordo com o texto, foi dividir a Europa em oeste e leste, em uma condição que persistiu mesmo após a desagregação da União Soviética. Isso representava um fator a ser superado para a consolidação do processo de integração da Europa, porque os países do leste eram tratados a partir de experiências históricas distintas do restante, tendo em vista que permaneceram com uma estrutura política ditatorial mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Por isso explica-se o esforço de intelectuais da região para estabelecer o conceito de Europa Central, reafirmando os valores defendidos por essas nações, com o intuito de “retornarem à Europa”. Essa ideia de uma recuperação de valores sufocados pelo comunismo foi um dos elementos centrais dos processos de transição democrática nesses países¹⁹.

Nesse sentido, a Declaração de Praga mostra-se uma via para se repensar o passado traumático, mobilizando uma memória crítica ao comunismo a ser explorada politicamente. Ao apontar os crimes do comunismo, objetiva-se acessá-los do ponto de vista jurídico, moral e histórico. Isso parte da análise de que a ideologia comunista foi instrumentalizada a fim de implementar ditaduras expansionistas, sob o pretexto de combater a luta de classes. Entretanto, diferentemente dos crimes do nazismo, os delitos de tal natureza não foram devidamente julgados, de acordo com a declaração. Era necessário, portanto, fazer justiça para as vítimas que não haviam sido compensadas. E isso se choca diretamente com as políticas de memória da União Europeia, mais especificamente o texto *Human Rights in the World*, aprovado em 1995, o qual destaca a centralidade das vítimas do Holocausto para a compreensão do passado traumático europeu. Nele, as vítimas do comunismo não são citadas,

¹⁹ CORDEIRO, Janaina Martins. De volta à Europa: Rememorar as revoluções de 1989 trinta anos depois, Praga e Budapeste. *Vária Historia*, Belo Horizonte, vol. 38, n. 76, p. 261-297, jan/abr 2022.

distanciando o passado da Europa Central do restante do continente, por não enquadrar o seu contexto nessa narrativa comum.

O recorte dos crimes nazistas representava um entrave para essas nações, tendo em vista o histórico de colaboracionismo e antissemitismo na região. O genocídio dos judeus nos Cárpatos (cordilheira da Europa Central que divide Eslováquia, República Tcheca, Polônia, Romênia e Hungria) foi abordado por Raz Segal²⁰. Ele infere que a violência aos judeus nessa localidade prefigura a irrupção da Segunda Guerra Mundial, escalando desde o final dos anos 1920, a partir de políticas públicas de autoridades estatais que ocupavam a região, que provocaram rixas entre cárpatos-rutenos e judeus, incluindo o Estado tchecoslovaco²¹.

De forma similar, John Connelly reflete sobre o colaboracionismo com as ocupações nazistas, que aconteceram por toda a região, mas o autor destaca os poloneses que contribuíram para identificar e assassinar judeus²². Dessa maneira, a memória predominante na União Europeia não era favorável aos países da Europa Central, incluindo a República Tcheca. Assim, foram realizados alguns silenciamentos sobre esse tema sensível, pois essas complexas e ambíguas experiências históricas nacionais os tornavam, ao mesmo tempo, vítimas e perpetradores, o que fugia do sentido da Declaração de Praga.

Isso demonstra que, a defesa do argumento da centralidade tcheca nessa discussão, tendo em vista que as terras tchecas foram invadidas e ocupadas tanto pelos nazistas como pelos comunistas, ao silenciar essas questões, optou por colocar a nação unicamente enquanto vítima. Nesse contexto, o apagamento do colaboracionismo foi uma abordagem utilizada pelos países da Europa Central, evidenciando na Declaração de Praga o quanto as vítimas do comunismo não recebiam a mesma atenção e reconhecimento das vítimas do nazismo. Tal condição distanciava a identidade nacional da europeia, o que era identificado como um problema a ser solucionado pela via institucional, pautando os debates políticos no bloco europeu.

Após as considerações iniciais, a Declaração de Praga chegou à formulação de dezenove pontos, os quais representavam demandas específicas e gerais no que concerne a essa temática. Assim, seu objetivo central era incluir a memória dos crimes do comunismo em âmbito europeu, unificando a memória da Europa ao colocar a República Tcheca e a Europa Central em lugar de destaque por ter sofrido invasões dos “dois totalitarismo”. O primeiro

²⁰ SEGAL, Raz. *Genocide in the Carpathians: War, social breakdown, and mass violence, 1914-1945*. Stanford Studies on Central and Eastern Europe, 2016.

²¹ *Ibid*, p. 13.

²² John Connelly, *Poles and Jews in the Second World War: the Revisions of Jan T. Gross*, in: *Contemporary European History* 11, no. 4, 2002, p. 641-658.

ponto já destaca essa questão, ao considerar ambos os regimes os desastres, ou as catástrofes, do século XX, levando em conta o nível de violência desenvolvido por ambos, com deportações e extermínios coletivos. Nesse sentido, o texto traça uma relação direta entre a teoria e a prática das ditaduras comunistas, visando a criminalização dessa ideologia e suas expressões no campo político.

Além disso, os segundo e terceiro pontos representam fatores em comum: o reconhecimento dos crimes do comunismo tal qual os do nazismo, ou seja, crimes contra a humanidade que servem de alerta para as futuras gerações. Entretanto, essa equiparação apresenta alguns problemas, sendo o principal deles a relativização do nazismo. Dialogando com essa temática, Enzo Traverso conceitua a diferença entre genocídio racial e de classe²³, que são fundamentais como elementos distanciadores para a formulação dessas políticas. Segundo ele, essas diferenças entre as raízes ideológicas são um impeditivo para a utilização do termo totalitarismo, tendo em vista a desconsideração dos motivos para as violências cometidas. Por outro lado, ao analisar as invasões soviéticas no período pós-guerra nos países da Europa Central, percebe-se que essa violência também foi utilizada para fins expansionistas, implementando administrações governamentais representantes dos interesses da URSS nesses territórios.

Apesar disso, essa idealização aparece no terceiro ponto da Declaração de Praga, ao apontar que os regimes totalitários - nazista e comunista - impactaram profundamente a história da Europa. Esse conceito foi amplamente estudado por intelectuais ao longo do tempo, especialmente Hannah Arendt²⁴, Jacob L. Talmon²⁵, Isaiah Berlin²⁶ e Ian Kershaw²⁷. O trabalho de Arendt explica o totalitarismo como um regime calcado no terror, que resulta na combinação entre antissemitismo, colonialismo, imperialismo e racismo. Suas ideias partem dos estudos e experiências na Alemanha e, em função da falta de informações na época em que escreveu - anos 1950 - sobre o que acontecia na URSS, sua teorização concentra-se no governo nazista e é bem mais rápida com relação ao stalinismo. Apesar da importância por ser uma das iniciadoras deste debate no campo acadêmico. Assim, suas ideias foram e ainda são

²³ TRAVERSO, Enzo. El totalitarismo: Historia de un debate. Universidad de Buenos Aires, primera edición: julio de 2001, p. 148-154.

²⁴ ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 1ª edição, 2013.

²⁵ TALMON, Jacob L. The Origins Of Totalitarian Democracy. Mercury Books London, 1961.

²⁶ BERLIN, Isaiah. The magus of the north : J.G. Hamann and the origins of modern irrationalism. New York: Farrar, Straus, and Giroux, 1994.

²⁷ KERSHAW, Ian. Totalitarianism Revisited: Nazism and Stalinism in Comparative Perspective, Tel Aviver Jahrbuch für deutsche Geschichte, p. 23-40, 1994.

retomadas, sendo apropriadas para diferentes contextos históricos, destacando-se o período da Guerra Fria, quando historiadores buscaram ressaltar o caráter totalitário da União Soviética.

Jacob Talmon diferenciava o totalitarismo de esquerda em relação ao de direita. De modo crítico, Talmon produziu a tese de que o totalitarismo era filho da modernidade, assim como a democracia liberal, mas sem demarcar um recorte específico. Nesse debate, Isaiah Berlin buscou fazer uma análise de longa duração, argumentando que as origens do totalitarismo provêm da herança anti-iluminista, de uma tradição contrarrevolucionária. Já Ian Kershaw define-o enquanto uma etapa dos regimes nazista e soviético que combina ideologia e terror. Entre essas diferentes definições, o conceito passou por um período de declínio nos anos 1960, quando o julgamento de Eichmann ocorreu e o espanto com o Holocausto espalhou-se. Com isso, a singularidade das políticas de morte e trabalho forçado, com a experiência concentracionária, fez com que a noção de totalitarismo fosse deixada de lado.

Com diferentes tentativas de conceituação do termo, o debate historiográfico trouxe foco para a memória do comunismo e sua história, levando em consideração a natureza conceitual crítica à ideologia de esquerda. As discussões, sobretudo na França, reacenderam no final da década de 1970, com a sensibilização pública sobre os *gulags*: campos de trabalho forçado existentes na URSS. Claude Lefort, por exemplo, caracteriza o totalitarismo como uma expressão política que nega cada divisão do corpo social, com a figura de um egocrata - líder supremo - sendo idolatrada²⁸. Tais ideias contribuíram para o fortalecimento do anticomunismo e da crítica ao estalinismo, possibilitando reavaliações do passado soviético pelo prisma de que efetivamente foram cometidos crimes contra a humanidade nesse país.

Ao longo da década de 1990, os debates em torno do totalitarismo acirraram-se entre os historiadores franceses, culminando na polêmica entre Pierre Nora e Eric Hobsbawm. Ao alegar discordâncias ideológicas com “A Era dos Extremos”, Nora destacou o explícito apoio de Hobsbawm à causa revolucionária, a favor do comunismo soviético²⁹. Esse livro foi lançado um pouco antes da obra “O passado de uma ilusão”, na qual François Furet argumenta favoravelmente ao uso do conceito, refletindo que a democracia seria a inimiga comum do bolchevismo e do fascismo³⁰. Assim, ele assinala que o século XX foi marcado pelas formas políticas antiliberais e antidemocráticas.

²⁸ LEFORT, Claude. *L'invention démocratique: les limites de la domination totalitaire*. Paris: Fayard, 1983.

²⁹ GHODSEE, Kristen. A Tale of “Two Totalitarianisms”: The Crisis of Capitalism and the Historical Memory of Communism. *History of the Present*, Vol. 4, No. 2 (Fall 2014), p. 122.

³⁰ FURET, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a idéia comunista no século XX*; tradução Roberto Leal Ferreira - São Paulo: Siciliano, 1995.

Tais ideias fomentaram o acalorado debate sobre a memória do comunismo, gerando críticas por parte de outros intelectuais. No meio da intelectualidade alemã, isso não foi bem recebido, pois foi ressaltada uma possível “desproblematização” do passado nazista, com Jürgen Habermas criticando o “consenso antitotalitário”, responsável por provocar a “remoção dos crimes nazistas”³¹ da discussão.

A partir desse debate historiográfico, já no século XXI, os usos do conceito acontecem por meio de apropriações, impulsionadas por demandas do tempo presente. O campo da memória coletiva entra em ação nos debates públicos, impactando na escrita da história. De acordo com Jacques Le Goff, as memórias espalhadas no meio social expressam de uma forma diferente em relação à história, a qual é vívida e não necessariamente leva em consideração os conhecimentos desenvolvidos no meio acadêmico³². Ademais, nos países que sofreram dominação por parte da União Soviética, a memória do totalitarismo também caminhou junto à memória do comunismo, especialmente no final dos anos 1960 e início da década de 1970, sobretudo com as ideias de Václav Havel e Milan Kundera, ambos tchecos.

Para os países da Europa Central, no período após a desagregação da União Soviética e com as transições democráticas, o conceito de totalitarismo foi retomado com o intuito de igualar o comunismo ao nazismo. Isso ocorreu a partir do resgate das diferentes definições, num contexto de formação de instituições voltadas para estudar esse passado. A abertura de arquivos e essa articulação intelectual propiciaram diálogos com as ideias previamente construídas pela historiografia, pois mesmo sem ter as informações que foram tornadas públicas décadas depois, apontou similaridades entre o nazismo e o estalinismo. O totalitarismo arendtiano que destaca o caráter da atomização social, isolando os seres humanos no meio da massa³³ é compactuado por Václav Havel, mesmo que de forma implícita, pois ao defender a resistência pacífica por meio de pequenos protestos diários, com cada indivíduo vivendo a sua verdade³⁴, ele almeja romper com a máquina totalitária repressiva que afasta as pessoas do regime.

Para Milan Kundera, a crítica ao totalitarismo está conectada à crítica à URSS, pois trata-se principalmente de uma questão de identidade³⁵. Principalmente húngaros, tchecos,

³¹ TRAVERSO, Enzo. El totalitarismo: Historia de um debate. Universidad de Buenos Aires, primera edición: julio de 2001, p.140.

³² LE GOFF, Jacques. História e memória; tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

³³ ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 1ª edição, 2013, p.284.

³⁴ HAVEL, Václav. The Power of the Powerless. Vintage Classic, 2018, p.25.

³⁵ KUNDERA, Milan. The Tragedy of Central Europe. New York Review of Books, Volume 31, Number 7, April 26, 1984.

eslovacos e poloneses acreditavam na ideia de uma Europa sinônimo de ocidente. Isso, segundo Kundera, traduz a grande tragédia do seu país e da região, que tiveram a ocidentalidade sequestrada pelo comunismo soviético.

Assim, denota-se que o uso do termo totalitarismo na Declaração de Praga parte de apropriações do passado histórico tcheco e centro-europeu, sendo utilizado pelo senso comum e frequente nos debates públicos. Entre as motivações centrais está a defesa da democracia, a partir da concepção de uma Europa cosmopolita, na qual seus entes dividem valores que os caracterizam ao longo do tempo. Além disso, também há uma vertente de extrema-direita, que se apropria do conceito de totalitarismo e da crítica ao regime soviético, almejando criminalizar as diversas expressões do comunismo. Esses grupos cresceram na região desde a queda das ditaduras comunistas, com o avanço das reformas neoliberais, por exemplo, Václav Klaus, na República Tcheca, e Viktor Orbán, na Hungria. Os diálogos entre esses grupos com intuítos distintos ocorreram em um contexto de organização desses países para integrarem a ordem europeia, o que é firmado com a entrada na OTAN e na União Europeia. Vale ressaltar que a memória crítica ao comunismo é um consenso na sociedade tcheca, mas as suas expressões se alteram de acordo com a intencionalidade política daquele que se apropria dela.

Nesse sentido, a Declaração de Praga apresenta alguns pontos que tratam do termo totalitarismo. O final do terceiro ponto dialoga com o quarto, ao afirmar a necessidade de impactar as políticas de memória da União Europeia, fomentando o conhecimento dos europeus sobre os crimes do comunismo, o que retrata o objetivo central desse documento, de buscar integração com o ocidente ao reescrever o passado traumático europeu, ampliando suas bases. Ao encontro disso, o quarto ponto explicita o desejo de introduzir uma legislação para julgar os perpetradores e compensar as vítimas do comunismo, estabelecendo um paradigma de dívida histórica do continente para com aqueles que foram vitimados por esses regimes.

O sexto e sétimo ponto também se complementam, colocando novamente a história da Europa como um elemento central. Reivindica a pressão Europeia e internacional para efetivamente condenar esses crimes, firmando uma luta eficiente contra os crimes cometidos pelos regimes comunistas. Entretanto, não foi estabelecido um recorte cronológico, deixando explícito que não se trata de um período remoto, mas que possui implicações no tempo presente. Isso é útil para os grupos de extrema-direita que visam a criminalização ideológica e suas expressões.

Já o nono ponto visa implementar o dia 23 de agosto como o dia de lembrança das vítimas dos regimes totalitários nazista e comunista, pois é o dia da assinatura do tratado Molotov-Ribbentrop, que aconteceu no ano de 1939. O intuito é possuir datas de

rememorações tal qual se relembra as vítimas do Holocausto, no dia 27 de janeiro. Essa situação exprime uma demanda específica no campo das políticas de memória da União Europeia, pois essas datas possuem relevância política para a produção de discursos e narrativas de reconhecimento do passado. Para Le Goff, a memória coletiva é fundamental para a formação das identidades nacionais, assim como é instrumentalizada enquanto um mecanismo de luta de diversas forças sociais pelo poder³⁶. Com isso, a formalização de datas comemorativas no Parlamento Europeu, representava uma linha de combate em prol do estabelecimento de novos parâmetros, voltados para a reescrita do passado traumático europeu.

O décimo ponto busca consolidar a criminalização do comunismo, ao clamar por atitudes por parte dos parlamentos nacionais, dialogando com o oitavo ponto, que exorta pelo reconhecimento da responsabilidade paneuropeia dos crimes cometidos pelo comunismo. Ambas as demandas refletem sobre o empreendimento dessa nova visão sobre o passado comum europeu, que ao ser revisitado, possui a intencionalidade por parte dos signatários da Declaração de Praga de produzir impactos no tempo presente. A simbiose entre passado-presente na história, para além de motivar pesquisas acadêmicas, também sensibiliza o debate público fora dos muros das universidades. No livro “História e Memória”, para discutir essa relação umbilical, Le Goff utiliza a palavra “presente” 246 vezes.

As reivindicações de número onze e doze abordam o debate público sobre o tema em ordem regional, expressando a imposição da criminalização de símbolos comunistas, medida que equipara a repressão aos grupos neonazistas. Ademais, a continuidade dos debates na União Europeia sobre o passado totalitário do continente, aprofundando e desenvolvendo para ações mais assertivas, também exprimem uma requisição. O décimo oitavo ponto reforça essa ideia, evidenciando que o documento pretende, ao alterar a visão sobre o passado comum do continente, mudar o curso das políticas de memória da União Europeia, a qual se constituiu como um elemento chave para a instituição desde sua concepção, justificada politicamente a partir da defesa dos valores históricos que simbolizavam a Europa.

Além disso, os pontos treze e quatorze apontam para a coleta e divulgação de informações sobre os crimes, expressando abordagens práticas para a implementação dos ideais da Declaração de Praga. A coleta de dados em ordem nacional sobre a violação dos direitos humanos dos regimes comunistas, colaborando com os comitês do Conselho Europeu, representa a abordagem almejada. Assim, a liberação total e irrestrita de arquivos também

³⁶ LE GOFF, Jacques. História e memória; tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 367-368.

seria um imperativo, por conta da abertura de oportunidades para aprofundar as críticas, estando embasados através de fontes, as quais poderiam fomentar estudos sobre essa temática.

Ademais, o décimo quinto ponto fala sobre o estabelecimento do *Institute of European Memory and Conscience* (Instituto da Consciência e Memória Europeia). Ele seria responsável por ser uma instituição europeia com o intuito de estudar o totalitarismo, desenvolvendo projetos. Da mesma forma, essa entidade se responsabilizaria por formar um memorial paneuropeu sobre as vítimas de todos os regimes totalitários, criando espaços que rememoram esse passado e fortalecem essas concepções na memória coletiva europeia. De acordo com Ann Rigney, a própria necessidade da União Europeia de justificar o ideal de Europa possibilitou que, com o alargamento do bloco, os novos projetos memorialísticos ganhassem espaço nos debates³⁷. Sendo assim, a memória desempenhou um papel fundamental, não só na remodelação da identidade europeia, mas ao longo da solidificação da UE enquanto representante da europeidade.

Em abril de 2009, o Parlamento Europeu aprovou a criação da *Platform of European Memory and Conscience* (Plataforma de Memória e Consciência Europeia), com o intuito de fornecer suporte e cooperar com os institutos de pesquisa nacionais especializados na história dos totalitarismos³⁸. O desenvolvimento dos debates em âmbito europeu chegou ao Conselho Europeu, que em junho de 2011, três anos depois da Declaração de Praga, deu mais um passo na direção da aprovação, seguindo os mesmos termos do PE³⁹. Com o *slogan*: “Democracy Matters” (Democracia Importa), essa fundação atende à uma demanda específica do documento analisado, tendo em vista que, ao ser avalizada pela União Europeia, foi formalizada justamente em Praga - capital da República Tcheca.

Contando com o apoio direto de doze países-membros do bloco europeu, essa instituição também conta com 72 organizações públicas ou privadas, principalmente agências governamentais e ONG's. Entre eles, estão representantes de 24 países, com 15 organizações com sede em membros da UE, o que demonstra o interesse amplo e difuso a respeito da agenda antitotalitária. Em seus objetivos centrais, a plataforma não aponta o termo “comunismo”, mas ele está circunscrito à ideia de totalitarismo, pois a palavra “nazismo” também não aparece. A fundação possui como um de seus objetivos combater qualquer forma

³⁷ RIGNEY, Ann. Transforming Memory and the European Project. *New Literary History*, Vol. 43, No. 4, A New Europe?, 2012, p. 607-628.

³⁸ Texto aprovado pelo Parlamento Europeu, chamado “European Conscience and Totalitarianism: disponível em: www.memoryandconscience.eu/wp-content/uploads/2011/08/EP-resolution-European-conscience-and-totalitarianism-2-April-2009.pdf

³⁹ Texto aprovado pelo Conselho Europeu, chamado Council conclusions on the memory of the crimes committed by totalitarian regimes in Europe, disponível em: www.memoryandconscience.eu/wp-content/uploads/2011/08/JHA-conclusions-10062011.pdf

de extremismo, intolerância e movimentos antidemocráticos, por meio da promoção de atividades educativas que torna público o conhecimento dos crimes dos regimes totalitários, os quais, segundo a Plataforma e a União Europeia, não estão de acordo com os “valores comuns da Europa”⁴⁰.

Nesse contexto, o décimo sexto ponto aborda a necessidade de organizar uma conferência internacional sobre os crimes do comunismo totalitário. Apesar do desejo dessa articulação mais expansiva, foi possível trazer essas discussões para as instituições europeias, limitando-se internacionalmente aos grupos que se engajaram de forma livre. Assim, a participação de ONG's, parlamentos nacionais, especialistas e acadêmicos era tida como primordial para os idealizadores da Declaração de Praga. Já o décimo sétimo apontamento destaca o anseio de modificar os livros didáticos sobre a história europeia, para que as crianças tivessem acesso aos crimes do comunismo de forma proporcional aos do nazismo. Tal interesse em alterar as políticas educacionais exprime uma das estratégias propostas por esse texto.

O décimo nono e último ponto da declaração destaca a comemoração dos 20 anos da queda do muro de Berlim, que se daria no ano seguinte à elaboração do documento, assim como o massacre da Paz Celestial. Com isso, demonstra-se o interesse em traçar uma história do “comunismo totalitário” que supere as barreiras nacionais e europeias. Isso é demonstrado pela assinatura de figuras públicas de diferentes países, como os Estados Unidos, Alemanha, Suécia, Lituânia, Reino Unido, Tibet e Rússia, além da República Tcheca. Na conclusão do texto, os participantes conclamam os parlamentos nacionais e as instituições europeias para a implementação efetiva das ideias e os projetos propostos, tomando ações concretas e formulando políticas públicas nessa direção.

Entre esses diferentes grupos e organizações, encontra-se a *Victims of Communism Memorial Foundation*, representada na declaração pelo seu então presidente, Lee Edwards, que é um historiador conservador estadunidense. Fundada em 1993, foi autorizada por um ato unânime do congresso dos Estados Unidos, assinado como Lei Pública pelo presidente Bill Clinton. Em seu site, traça como objetivo um “mundo livre da falsa esperança comunista”, salvando o mundo do marxismo e da tirania⁴¹. Dessa forma, a prática desta fundação baseia-se em educar as futuras gerações a respeito do passado comunista, atuando para fortalecer narrativas públicas anticomunistas com políticas públicas educacionais, como a estátua

⁴⁰ Disponível em: www.memoryandconscience.eu/about-the-platfor/about-the-platform/

⁴¹ Disponível em: <https://victimsofcommunism.org/about/>

construída em homenagem às vítimas do comunismo, em Washington, D.C. - capital dos Estados Unidos, no ano de 2007 durante o governo de George W. Bush.

Igualmente, é notável a presença de Joachim Gauck entre os signatários, tendo em vista sua atuação política que o levou à presidência da Alemanha em 2012. No momento da formulação da Declaração de Praga, Gauck fazia parte da comissão para dissolver a Stasi, uma instituição da Alemanha Oriental que era responsável por espionar os cidadãos, a qual contava com uma série de informantes. Essa dissolução contou com a formação de arquivos, com o intuito de expor os crimes do regime comunista no país.

A participação desses diversos agentes internacionais explicita a atuação no sentido de revisitar o passado traumático europeu com foco no comunismo, realizando denúncias. Tal postura denota a existência de “empreendedores de memória anticomunistas”⁴², não apenas na Europa Central, mas ao redor do mundo. Para isso, a atuação nacional não era o suficiente, sendo necessária a participação de eurodeputados no Parlamento Europeu, destacando-se Vytautas Landsbergis, Jana Hybášková, Christopher Beazley e Tunne Kelam, os quais assinaram a Declaração de Praga e eram figuras-chaves para o cumprimento do objetivo central do documento.

Com isso, as proposições da Declaração de Praga para as políticas de memória da União Europeia tinham potencial, levando em consideração a demanda histórica do bloco europeu em discutir constantemente as questões identitárias que justificam sua existência e relevância. Assim, é de suma importância compreender como a integração dos países afetou a visão sobre o passado traumático europeu e como esse processo se manifesta de acordo com a entrada dos novos integrantes.

⁴² DUJISIN, Zoltan. “A history of post-communist remembrance: from memory politics to the emergence of a field of anticommunism”. *Theory and Society* 50, 2020.

Capítulo 2: A integração europeia no pós-guerra e o Parlamento Europeu.

A ideia de que o fim da Segunda Guerra Mundial representou para a Europa um renascimento, com a derrota no nazismo e consequente vitória da democracia e dos direitos humanos, tratados a partir de então como valores universais, está marcada no imaginário do continente. Entretanto, o cenário urbano europeu nesse período era de total destruição das cidades, casas, ferrovias e estradas. Além dos milhões de vitimados pela violência do conflito, algumas cidades foram bombardeadas em até 75% de sua extensão, como no caso de Caen - cidade francesa localizada na Normandia⁴³. Isso significou a derrocada moral de uma Europa que se considerava historicamente a detentora do mais alto grau de civilização. Tal violência, portanto, demonstrava a humilhação sentida, tendo em vista que foram necessários esforços de terceiros para libertar o fascismo e intimidar o comunismo⁴⁴.

Tony Judt, historiador inglês, descreve a paisagem urbana e as condições sociais que refletem a ocupação nazista da seguinte forma:

miséria e desolação total. Fotografias e documentários da época mostram fluxos patéticos de civis impotentes atravessando paisagens arrasadas, com cidades destruídas e campos áridos. Crianças órfãs perambulam melancólicas, passando por grupos de mulheres exaustas que reviram montes de entulho. Deportados e prisioneiros de campos de concentração, com as cabeças raspadas e vestindo pijamas listrados, fitam a câmera, com indiferença, famintos e doentes. Até os bondes parecem traumatizados — impulsionados por corrente elétrica intermitente, aos trancos, ao longo de trilhos danificados. Tudo e todos — exceto as bem nutridas forças aliadas de ocupação — parecem surrados, desprovidos de recursos, exauridos.⁴⁵

Tal realidade social aponta o imperativo de superar as condições vigentes. Para isso, sobretudo na Europa Ocidental, figuras políticas mobilizaram um discurso pela necessidade de integrar o continente, de modo a regular a relação entre os países e impedir escaladas de tensões que poderiam gerar um novo conflito. Nesse sentido, Robert Schuman, político francês, formulou um texto para buscar soluções práticas, que ficou conhecido como Declaração Schuman. Tornada pública no dia 9 de maio de 1950, descrevia a rivalidade secular entre França e Alemanha, países que entraram em conflitos especialmente pela região

⁴³ LOWE, Keith. *Continente selvagem. O caos na Europa depois da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, p. 16.

⁴⁴ JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*; tradução José Roberto O'Shea; revisão Marta Miranda O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 21.

⁴⁵ *Ibid*, p. 27.

da Alsácia-Lorena, em função da abundância de carvão e ferro. Dessa maneira, o político francês acreditava que, ao cooperar as produções desses minerais estratégicos economicamente para ambos os países, eliminava-se a possibilidade de novos embates entre eles, pois seria financeiramente inviável.

Com isso, Schuman embasava-se na crença de que a união dos interesses econômicos era a chave para a recuperação do continente europeu. Superando as crises existentes de modo solidário, as tensões seriam reduzidas, sendo de suma importância a implementação de esforços criativos, ao desenvolver múltiplos planos de reconstrução da Europa. Sua primeira, e pioneira, proposta foi a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, assegurando o fornecimento de carvão e de aço nos mercados francês, alemão (ocidental, pela ocupação soviética no lado oriental no pós-guerra) e dos países aderentes, de modo igualitário, também pensando na melhoria das condições sociais dos trabalhadores das indústrias. Essa primeira instituição europeia, base da União Europeia, contou com a presença de seis países-membros, composta, além dos já citados, por Bélgica, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

As ideias de Schuman tiveram enorme impacto na reconstrução da identidade europeia, tanto que o dia 9 de maio é comemorado como Dia da Europa, com a organização de desfiles e outros festejos por parte dos membros da União Europeia. O sucesso da CECA proporcionou o aprofundamento do processo de integração entre as nações e fez com que essa cooperação econômica se expandisse, em 1957, por meio do Tratado de Roma. Assinado pelos mesmos países pioneiros, esse tratado instituiu a Comunidade Econômica Europeia, a qual tinha como objetivo estabelecer um mercado comum e uma política agrícola comum, adotando medidas protecionistas, além do Euratom, que visava promover o desenvolvimento de indústrias nucleares, mas que não vingou.

Ao longo de sua história a CEE incorporou outros países: Reino Unido, Irlanda, Dinamarca, Grécia, Portugal e Espanha. Além disso, foram criadas um conjunto de instituições, por exemplo, o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu. Ambas as estruturas cooperam de modo a catalisar os debates do bloco. Enquanto o Conselho compreende o conjunto de lideranças políticas dos países - principalmente chefes de Estado -, o Parlamento representa a instituição legislativa da União Europeia, sendo responsável por elaborar as políticas de ordem continental.

Ao longo da década de 1960, essas organizações ganharam maior protagonismo, ao destacarem-se pela cooperação financeira. As dificuldades iniciais, muito relacionadas à problemática de quebrar as barreiras do nacionalismo por uma coletividade regional, foram superadas pelo desempenho econômico dos seis países da Comunidade Econômica Europeia,

culminando no pedido do Reino Unido para aderir ao bloco em 1961, pois a economia britânica recuperava-se de modo demasiadamente lento em comparação com as dos países do bloco europeu⁴⁶. Pelo contexto de Guerra Fria, com os ânimos acirrados, a aproximação entre os Estados Unidos e os ingleses interferiu na aceitação francesa, por temer a influência estadunidense na Europa Ocidental⁴⁷.

O desenlace das negociações envolvendo a adesão britânica ocorreu apenas na década de 1970, na qual os seis países também aceitaram a entrada da Dinamarca e da Irlanda, em 1973. Observou-se a possibilidade de usufruir dos vínculos políticos transatlânticos dos britânicos, enquanto o Reino Unido enxergou nesse acordo a chance de revigorar a economia do país, que passou por sucessivas crises no pós-guerra⁴⁸. Dessa forma, o bloco europeu passou a contar com nove países-membros, nos mesmos anos em que as estruturas políticas da CEE ganharam protagonismo. O Conselho Europeu teve suas atividades formalmente iniciadas em 1973, já o Parlamento Europeu teve suas primeiras eleições diretas em 1979. Tal ampliação da participação popular criou um ambiente favorável para os debates sobre a importância do projeto de integração proposto inaugurado por Schuman.

Nesse sentido, ao longo da década de 1980, mais três países entraram para a CEE: Grécia (1981), Portugal (1986) e Espanha (1986). Esse clima propício fortaleceu as discussões de tal âmbito, resultando na aprovação, em 1984, da defesa de uma proposta de tratado para a criação de uma União Europeia, a qual foi concluída em 1993⁴⁹. O objetivo maior traduzia-se no estabelecimento de um mercado comum, no sentido de articular as relações capitalistas, não retirando da instituição a necessidade de justificar-se ideologicamente, buscando legitimação no passado histórico para firmar-se no cenário geopolítico. De certo modo, o passado recente europeu foi um dos elementos centrais dos debates ao longo da década de 1990, levando em consideração as novas condições políticas impostas após 1989, com a queda dos regimes comunistas na Europa Central e do Leste e posteriormente a dissolução da União Soviética, em 1991.

Por meio desse contexto histórico do processo de integração europeia no pós-guerra, depreende-se que a construção memorialística de uma Europa historicamente democrática, que defende valores condizentes aos direitos humanos, foi um elemento fundamental para o estabelecimento da União Europeia enquanto instituição supranacional, assim como para os

⁴⁶ CUNHA, Alexandre Mendes. Uma introdução à União Europeia: história, política e economia, 2. ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, p.56.

⁴⁷ Ibid, p.58.

⁴⁸ Ibid, p.62.

⁴⁹ Ibid, p.68.

países diferenciarem-se do terror e da violência do conflito. Entretanto, apesar da memória desempenhar um papel central, as políticas de reparação eram, ao menos no cenário transnacional, marginalizadas no debate público. Já nos casos nacionais, esse tema ocupava lugar de destaque, sobretudo nos países pós-comunistas, que buscavam ressignificar suas identidades.

A memória sobre o passado traumático na República Tcheca foi apropriada a partir da experiência histórica da Tchecoslováquia, colocando-se enquanto herdeiros desse passado. Logo em 1945, com o fim do conflito, o então presidente Edvard Beneš assinou um decreto formalizando a deportação de alemães e húngaros, retirando suas cidadanias e expropriando suas casas. Tal ação foi a primeira ação governamental no país pautada numa visão sobre o passado, num período quase que imediato ao final da guerra, fomentando discussões a respeito da responsabilização coletiva e possíveis políticas de punição e reparação, as quais estiveram ligadas a interpretações históricas de maneira intrínseca.

Com os acordos de paz e o Tratado de Paris, a Alemanha criou uma instituição para coordenar as reparações, a *Inter-Allied Reparations Agency*. Tais retratações, dirigidas principalmente à Europa Central, limitavam-se ao campo monetário, pagando aos países os danos infraestruturais causados. Isso porque a lei alemã do pós-guerra para definir as vítimas do nazismo não os enquadrava, argumentando que eles eram perseguidos por suas nacionalidades, não por posicionamentos políticos⁵⁰. No final da década de 1940, as negociações entre a Tchecoslováquia e outros países da Europa Central com a Alemanha eram complexas, tendo em vista os expurgos dos alemães na região⁵¹. O confisco de propriedades nos Sudetos representava um problema a ser superado, pois não encerrava o sentimento de rivalidade provocado pela guerra. Apesar da retirada desses bens do acordo final, surgiram insatisfações, em função dos programas centralizarem-se nos países das zonas de ocupação.

Em um novo contexto social, a partir da reunificação alemã e a desagregação da União Soviética, o cenário das políticas de reparação passou por mudanças significativas. Tanto a República Tcheca quanto a Alemanha demandaram reparações, reacendendo a crise dos Sudetos como um tema central. Isso ocorreu no momento de importantes transformações na identidade nacional em ambos os países, nos quais o passado era instrumento de diferentes apropriações. Tal questão sensível motivou a recuperação da carta escrita por Václav Havel, presidente da Tchecoslováquia, em 1989, para o presidente da Alemanha Ocidental, na qual

⁵⁰ HOFHANSEL, Claus. *The Diplomacy of Compensation for Eastern Europeans Victims of Nazi Crimes*. German Politics, 1999.

⁵¹ GNIAZDOWSKI, Mateusz. *The Problem of War Reparations - The Perspective of the Czech Republic*. The Polish Foreign Affairs Digest. Vol.4, No, 4, 2004.

ele assumia a responsabilidade que os tchecos tiveram nas deportações de alemães do país após o fim da guerra, condenando o princípio da responsabilização coletiva e se desculpendo às comunidades alemães dos Sudetos⁵². Com isso, ambas as nações concordaram em cooperar para chegar a um denominador comum para encerrar esse impasse, mas não tiveram êxito em finalizar a discussão. As exigências de ambos os lados não foram atendidas, acirrando o debate na década de 1990.

Levando em consideração o desgaste político e a necessidade de solucionar essa situação para estabelecer boas relações com as instituições europeias, em 1995, Havel tomou a posição de não negociar compensação aos alemães, pois os crimes do nazismo não poderiam ser mensurados, separando o aspecto político do moral⁵³. O judiciário tcheco enfatizou essa postura, apontando que a legislação internacional do período embasava as expropriações. Assim, a memória dos crimes do nazismo impunha problemáticas à República Tcheca, sendo a memória do comunismo uma via mais simples do que, por exemplo, a expulsão dos alemães de seu território, para colocar o país em posição de vítima no contexto da Guerra Fria, pois a complexidade da conjuntura dos Sudetos também os expunha como perpetradores.

Além disso, uma das abordagens adotadas por países da Europa Central para revisitar o passado traumático foi a lustração: verificação do possível vínculo entre funcionários públicos e serviços de segurança comunistas. Essa ação foi sistematizada na República Tcheca, Hungria e Polônia, sendo implementada durante a justiça de transição⁵⁴. A legislação da antiga Tchecoslováquia em 1991 aprofundava essa investigação enquanto política pública, promovendo exclusão dos denunciados. Mesmo com a cisão do país em 1993, a República Tcheca continuou com essa política até 2000, analisando cerca de 400 mil pessoas e descobrindo que cerca de 3% (12 mil) delas eram informantes⁵⁵. Dessa forma, houve mais negociações em torno da lustração, tratando os denunciados de modo menos repressivo.

Com a defesa da ideia de revelar a verdade histórica, superando os crimes dos regimes comunistas, partidos anticomunistas e pró-democracia apontavam a necessidade de implementar uma justiça de transição, visando punição aos perpetradores ou compensação às vítimas⁵⁶. Segundo Stan, países da Europa Central compartilharam mitos com relação às políticas de memória, que foram alvos de disputas. Entre eles, havia a concepção de que a

⁵² Ibid, p. 175.

⁵³ Ibid, p. 178.

⁵⁴ WILLIAMS, Kieran; FOWLER, Brigid; SZCZERBIAK, Aleks. Explaining Lustration in Central Europe: A Post-Communist Politics Approach. *Democratization*, Vol. 12, No.1, 2005, p. 22-43.

⁵⁵ Ibid, p. 25.

⁵⁶ STAN, Lavinia. The Vanishing Truth? Politics and Memory in Post-Communist Europe. *East European Quarterly*, XL, No. 4, 2006.

justiça não deveria ser um instrumento de vingança, mas para expiar os erros do passado. Tais discordâncias dificultaram, segundo a autora, ações específicas por parte dos Estados. No entanto, a ação política para produção de memórias foi tomada por grupos anticomunistas, por exemplo, a apropriação do conceito de totalitarismo, independentemente da ineficiência por parte do poder público.

Esses embates, de certo modo, favoreceram a implementação do Fundo Tcheco-Germânico, aprovado em um decreto assinado em 21 de janeiro de 1997. Ele firmava o compromisso da Alemanha em doar recursos financeiros voltados para beneficiar as vítimas do nazismo na República Tcheca. Mas esse esforço por fortalecer as relações políticas não foi simples, pois a retomada da memória dos expurgos de populações de origem alemã dos Sudetos acompanhou esse processo. Isso intensificou-se a partir de 2002, quando a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu analisaram os decretos do pós-guerra, indicando que eles não representavam um obstáculo para a entrada da República Tcheca e os países da Europa Central na União Europeia. Os alemães cujas famílias foram expulsas dos Sudetos, nesse período, abriram processos contra as deportações no Tribunal Europeu de Direitos Humanos, demonstrando que o tema ainda significava uma ferida em aberto, por se tratar de um passado traumático.

Tal recorte histórico é um grande ponto de silenciamento por parte dos empreendedores de memória anticomunistas, os quais sustentam o discurso de que a República Tcheca, assim como países de sua região, foi vítima dos regimes totalitários. Nesse sentido, a memória traumática europeia que unifica o passado do continente não era favorável a esses Estados nacionais, pois era compreendido que os seus passados não eram inteiramente retratados, por serem vítimas duas vezes: do nazismo e do comunismo. Vale ressaltar que a natureza do Estado, ao menos no caso tcheco, altera-se profundamente após 1989 com a consolidação do modelo democrático. Estado este que visou reescrever o seu passado.

Concomitantemente, a resolução aprovada pelo Parlamento no dia 26 de abril de 1995, chamado “Direitos humanos no mundo”⁵⁷, o qual foi fruto dos debates dos dois anos anteriores, retrata o passado traumático europeu, apropriando-se de questões suscitadas pelos doze países-membros até então. Ao rememorar os cinquenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial, a visão sobre os direitos humanos e os crimes cometidos no período focalizam no Holocausto, apontando o dever de preservar a memória das vítimas desse evento imposto pelo nazismo. Dessa maneira, o Holocausto foi definido como o evento memorialístico unificador

⁵⁷ Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-4-1995-04-26_EN.pdf

do continente, sendo o responsável pela formação de uma memória cosmopolita⁵⁸. Assim, as políticas públicas da União Europeia que visavam reparação histórica e justiça social pelas vítimas, tinham essa base.

Além disso, esse documento relata um conjunto de anseios, os quais resumem-se em converter os valores democráticos e a pauta da defesa dos direitos humanos em uma questão de política externa da UE. Com isso, são expressas algumas problemáticas, como a xenofobia crescente com as crises migratórias de refugiados, o crescimento dos fanatismos, a falta de direitos das minorias. O texto visa, sobretudo, condenar as diferentes formas de limpezas étnicas e o genocídio, mas especificando apenas as vítimas do Holocausto e os conflitos na Iugoslávia e em Ruanda. Sendo assim, o texto exorta a tomada de planos internacionais, convocando as instituições europeias para apoiarem projetos dessa área, pedindo para que a Comissão Europeia fosse mais específica quanto à execução de políticas educacionais e destinação de verbas. Isso denota que a maior relevância do documento se dá no aspecto memorialístico e ideológico, tendo em vista as poucas ações práticas.

De tal maneira, a memória das vítimas da Segunda Guerra Mundial, formalizada pela União Europeia a partir do seu parlamento, apresentava divergências em relação ao que era defendido pelos países pós-comunistas que ingressaram no bloco em 2004. Suas experiências históricas não permitiam compartilhar dessa unificação memorialística, levando em consideração o antissemitismo histórico no Leste Europeu, mesmo sob a perspectiva crítica de que muitos dos países que faziam parte da UE em 1995 também tiveram seus momentos de colaboracionismo, ressaltando-se do regime de Vichy na França e os regimes de extrema-direita em Portugal e na Espanha.

Para compreender essas políticas e a integração memorialística do continente após 2004, é importante entender como funciona o Parlamento Europeu. Sua estrutura política possui um presidente, com mandato de dois anos e meio; comitês das áreas específicas e os partidos políticos. A integração do próprio bloco possibilita que outras figuras participem das discussões, destacando-se o presidente do Conselho da Europa, um chefe de Estado que ocupa essa função por seis meses. No início de cada semestre, quem possui esse cargo realiza um discurso no Europarlamento, apontando suas diretrizes, que muitas vezes são responsáveis por nortear as políticas europeias.

Além disso, as reuniões da plenária resultam dos trabalhos feitos nos comitês, expressando parte relevante das tomadas de decisões da União Europeia. Não é apenas um

⁵⁸ LEVY, Daniel; SZNAIDER, Natan. "Memory unbound. The Holocaust and the formation of cosmopolitan memory". *European Journal of social theory*, 2002, 5 (1), p. 87- 106.

espaço onde ideias são debatidas sem pretensão, pois funciona da mesma forma que qualquer parlamento democrático, com a aprovação de textos e políticas públicas. No começo da reunião, os partidos escolhem uma liderança para falar em seu nome. Posteriormente, é dado pelo presidente um momento para a fala de outros eurodeputados, as quais são traduzidas simultaneamente. Depois disso, realiza-se a votação para aprovar ou não as políticas públicas do continente.

Faz parte da burocracia formalizada o trabalho conjunto entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, pois ela é responsável por iniciar o processo legislativo⁵⁹. Dessa forma, os membros do Europarlamento que figuram nos comitês possuem a atribuição de analisar os relatórios recebidos, provenientes da Comissão, discutindo-os dentro do comitê no sentido de realizar possíveis alterações. Após o Parlamento adotar sua posição, busca-se chegar a um consenso com o Conselho da União Europeia, uma outra instituição - diferente do Conselho Europeu - que divide as funções legislativas com o PE. Tal ordem institucional fornece o quadro político de como os debates se desenvolvem, de modo a tomar corpo e se transformar em políticas públicas. Esse trabalho compartilhado costuma prolongar a aprovação do texto legislativo final, o qual costuma demorar cerca de dois anos entre o início do processo e o seu resultado. Assim, as discussões no Parlamento acumulam-se.

Entretanto, a rejeição ou revisões por parte do PE não são, em via de regras, definitivas. Isso porque o Conselho não é legalmente obrigado a acatar as decisões resultantes dos debates no plenário, mas deve receber todas as resoluções antes de agir. Desde 1986, com a aprovação do Ato Único Europeu, o Parlamentar deixou de ser apenas uma instituição com caráter consultivo, para legislar de forma conjunta com a Comissão, e em áreas específicas com o Conselho da União Europeia. É justamente nesse recorte que os debates sobre a memória europeia, liderados pelos países da Europa Central, buscam enquadrar-se, destacando a necessidade de reparar os crimes do comunismo.

Para os países da Europa Central, sobretudo a República Tcheca, a entrada na União Europeia era um dos pilares para a reconstrução do Estado enquanto uma nação democrática, buscando se desassociar do passado de dominação soviética. Tal distanciamento passou a ser proposto a partir de políticas de memória que condenassem os crimes do comunismo, mas, antes de 2004, eram muito limitadas. Com o ingresso desses países nas instituições europeias, houve a necessidade de o bloco reconfigurar suas bases políticas, por quase dobrar o seu alcance. As relações com os parlamentos nacionais alteraram-se com a aprovação do Tratado de Lisboa, em 2007, que entrou em vigor a partir de 2009. Conhecido como Tratado

⁵⁹ Disponível em: www.europarl.europa.eu/about-parliament/en/powers-and-procedures/legislative-powers

Reformador, permitiu a maior participação dos Estados nacionais, avalizando suas participações nas políticas da UE sobre liberdade, segurança e justiça⁶⁰. Isso fortaleceu os anseios dos membros da federação, tanto os que propunham maior liberdade ao criticar as políticas regionais, quanto os entes recém-chegados que desejam impactar nas decisões continentais, como no caso da República Tcheca com a Declaração de Praga, a qual buscou, por meio desse documento aprovado em seu parlamento, pautar debates no europarlamento no sentido de estabelecer uma memória anticomunista.

Tal anseio em firmar essa visão comum sobre o passado também foi refletido entre os conservadores, pois observaram nisso a possibilidade de capitalizar politicamente uma vantagem narrativa. Dessa maneira, o Partido Popular Europeu mobilizou-se em torno dessa temática, ancorando eurodeputados das nações que entraram na UE após seu alargamento. No manifesto eleitoral de fevereiro de 2004, o PPE aponta que a libertação das ditaduras comunistas permitiu aos países do leste integrar-se à União Europeia⁶¹. Além disso, no mesmo ano, o partido adotou uma declaração pedindo que a UE condenasse, internacionalmente, o comunismo totalitário, designando um dia para rememorar as vítimas desse regime⁶². Esse foi o primeiro movimento no Parlamento Europeu na direção de alterar a memória traumática em torno do Holocausto estabelecida em 1995, visando integrar o passado dos seus entes em uma herança histórica compartilhada. Apesar de não ter produzido resultados práticos, deu o pontapé inicial para essa discussão.

Em 2005, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução chamada *The future of Europe sixty years after the Second World War* - O futuro da Europa sessenta anos após a Segunda Guerra Mundial⁶³. Nesse texto, considerou-se pela primeira vez que o fim da guerra não propiciou a paz para uma série de países, tendo em vista que a tirania foi renovada com o estalinismo soviético. Ademais, ressaltou-se as crueldades ao leste da extinta Cortina de Ferro e o sucesso da democracia no pós-comunismo na Europa Central e do Leste. Nesse sentido, o documento expressa a importância da memória para se reconciliar com o passado, superando as atrocidades e salientando respeito às vítimas. Todavia, ao destacar que a Europa deve se opor contra todo governo totalitário, o texto apresenta ambiguidades, por não definir o que seria esse totalitarismo, deixando pontas soltas que incomodaram tanto o PPE, quanto

⁶⁰ Disponível em: www.europarl.europa.eu/about-parliament/en/powers-and-procedures/national-parliaments

⁶¹ Disponível em: www.kas.de/documents/d/wissenschaftliche-dienste-archiv/evp-manifest-europawahl-2004

⁶² NEUMAYER, Laure. Integrating the Central European Past into a Common Narrative: The Mobilizations Around the 'Crimes of Communism' in the European Parliament. *Journal of Contemporary European Studies*, 2015, p. 4.

⁶³ Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-6-2005-0180_EN.pdf

eurodeputados de esquerda, tendo em vista que os crimes do comunismo não foram denunciados e sua tirania foi comparada ao regime nazista.

Posteriormente, em janeiro de 2006, a Assembleia Parlamentar do Conselho Europeu, adotou a resolução chamada *Need for international condemnation of crimes of totalitarian communist regimes* - Necessidade para condenar internacionalmente os crimes dos regimes totalitários comunistas - na qual se refere às violações dos direitos humanos provocadas por esses governos, delimitando suas atuações na Europa Central e no Leste Europeu⁶⁴. Ao afirmar o vasto número de vítimas desses crimes, o texto exprime que a ditadura do proletariado, que argumentava encerrar a luta de classes, foi um pretexto para eliminar os inimigos dos regimes comunistas. De tal modo, a queda desses regimes deveria, de acordo com o documento, significar a investigação internacional dos crimes dessa natureza, assim como foi realizado no caso do nazismo. Apesar de suas demandas não serem atendidas, tendo em vista a reprovação por não angariar ao menos dois terços dos votos, observa-se que, de certa forma, esse texto expressou grande parte dos interesses dos países da Europa Central, possuindo similaridades com a própria Declaração de Praga, que passou a ser a grande referência da memória anticomunista após 2008.

Todavia, anteriormente à publicação da Declaração de Praga, essa visão sobre o passado comum europeu estava presente nos debates públicos das instituições transnacionais. Além dos exemplos supracitados, o Parlamento Europeu discutiu, no dia 21 de abril de 2008, a proposição da Comissão Europeia para se repensar os crimes contra a humanidade, genocídios e crimes de guerra cometido pelos regimes totalitários⁶⁵. Nesse debate, o Partido Popular Europeu posicionou-se de forma mais crítica ao governo russo contemporâneo do que ao passado em si. A não condenação russa dos delitos perpetrados pelo estalinismo era uma preocupação, acusando o governo de contratar historiadores políticos enviesados que desvirtuaram os fatos. Já o Partido Socialista Europeu demonstrava apreensão pelas interpretações do passado, colocando o político e historiador Jan Marinus Wiersma para falar em nome do grupo. Segundo ele, os políticos estavam “sequestrando a verdade histórica”⁶⁶.

Apesar desses dois partidos serem os principais no debate memorialístico, com posições opostas e bem demarcadas, vale ressaltar a participação dos outros grupos nessa disputa. O Partido da Aliança dos Liberais e dos Democratas pela Europa apresentou um parecer mais isento, sem tolerar nem negar os crimes totalitários, defendendo apenas a

⁶⁴ Disponível em: pace.coe.int/en/files/17403/html

⁶⁵ Debates of the European Parliament. Monday, 21 April 2008.

⁶⁶ Ibid, p. 20.

exposição deles no âmbito parlamentar. A União para a Europa das Nações - maioria formada por eurocéticos - configurou-se de forma mais radicalizada do que o próprio PPE, apontando o comunismo como um sistema naturalmente criminal, sem relativizar o seu passado, no qual suas vítimas não deveriam ser marginalizadas na história europeia⁶⁷. Essa explanação aponta para outros fatores que devem ser considerados nessa discussão. Mais do que o grupo político, a nacionalidade do eurodeputado e o seu eleitorado local são elementos primordiais. É significativo que a representante do PSE nesse debate foi uma inglesa e o representante da UEN um polonês, pois a relação deles com o objeto é completamente diferente, tendo em vista as experiências históricas desses países no pós-guerra.

Ademais, nessa audiência, o Partido Verde/Aliança Livre Europeia opinou que a justiça deveria ser realizada nas cortes, sendo contrário à comparação dos crimes do nazismo e do comunismo. Já a Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde - partido de extrema-esquerda - criticou o uso da categoria *estalinismo*, relacionando o racismo e a xenofobia apenas ao nazismo. Acreditavam que a comparação com o estalinismo relativizava o nazismo, mas também condenavam os crimes do regime soviético, sem deixar de apontar que a história comum europeia passava-se, de maneira central, pelas tragédias do regime de Hitler. Nesse sentido, a extrema-esquerda não era tão afastada desses debates, tendo em vista que se posicionaram de acordo com o paradigma memorialístico vigente.

Por fim, o último grupo a discursar é o Independência/Democracia - também formado por maioria eurocética - o qual expressa a importância dos debates dessa natureza. Seria, dessa forma, uma missão da União Europeia combater o genocídio, mesmo com a posição ideológica desse partido sendo contrária à excessiva intervenção do bloco nas políticas nacionais. Mas eles não ressaltam o comunismo, como foi feito por Tunne Kelam, importante empreendedor da memória anticomunista no Parlamento Europeu. Filiado ao Partido Popular Europeu, exprimiu indignação porque a Comissão Europeia, em seu parecer, apontou que os crimes do comunismo deveriam ser discutidos nacionalmente. Dessa maneira, havia grande diferenciação da forma que os regimes fascistas eram tratados no contexto das políticas públicas transnacionais, pois a emergência no neonazismo e do racismo eram tratadas enquanto ameaças aos valores europeus. Assim, as vítimas do comunismo seriam “vítimas de segunda ou terceira classe”⁶⁸.

Portanto, percebe-se que antes da Declaração de Praga de 2008, a União Europeia resgatava o seu passado traumático sem incluir a memória dos crimes do comunismo. A

⁶⁷ Ibid, p. 21.

⁶⁸ Ibid, p. 24.

integração dos países por meio do bloco, apresentava a necessidade de rever constantemente essa questão. Dessa maneira, os debates no Parlamento foram aprofundados no período após a declaração, destacando-se as articulações políticas entre os membros da Europa Central.

Capítulo 3: A memória crítica ao comunismo após a Declaração de Praga

Após sua publicação, as demandas da Declaração de Praga passaram a ser discutidas de modo mais sistemático no Parlamento Europeu, sobretudo com a presidência tcheca no Conselho Europeu, durante o primeiro semestre de 2009. A conjuntura política do país, o qual vivenciou uma série de reformas neoliberais defendidas por Václav Klaus, fez com que essa perspectiva se sobressaísse em comparação à simples defesa dos valores democráticos e culturais construídos historicamente. Dessa forma, as intervenções no Europarlamento permitem observar essa situação, analisando as estratégias adotadas pelos agentes políticos ativos nesse processo.

No dia 14 de janeiro de 2009, Mirek Topolánek, à época primeiro-ministro tcheco e presidente do Conselho Europeu, realizou um discurso no Parlamento Europeu para apresentar o programa de sua administração⁶⁹. Em sua explanação inicial, ao defender a expressividade do seu mandato, ele afirmou que o tamanho do país não importa no contexto europeu, mas sim a “habilidade para servir uma ideia comum”⁷⁰. Ao evidenciar a relevância dos valores europeus como elementos que justificam a integração dos países no bloco, Topolánek busca traçar uma narrativa embasada na ligação entre a história do seu país e do continente. Com isso, o político aponta as datas comemorativas que marcam a sua presidência na instituição europeia: 5 anos da expansão da UE; 20 anos da queda dos regimes comunistas no leste europeu, que possibilitou a volta dos países do bloco soviético à democracia; 30 anos da primeira eleição direta do Parlamento Europeu e 60 anos da fundação da OTAN. Colocando o passado em lugar de destaque, essas rememorações possuíam significado político.

Com o *slogan Europe without barriers* - Europa sem barreiras -, Topolánek expressou suas inquietações que diziam respeito às dificuldades internas do continente. Nesse discurso, ele restringiu o significado disso para o contexto econômico, de ideias neoliberais. Entretanto, a grande diretriz dessa presidência deu-se no campo memorialístico, para unificar a memória europeia comum ao incluir as vítimas do comunismo. Isso aparece de modo explícito ao longo de sua fala, quando cita o primeiro presidente da Tchecoslováquia - Tomáš Masaryk - dizendo que a questão tcheca também é uma questão europeia, e que os debates europeus em torno de uma configuração que acomode todos os países-membros serão bem desenvolvidos sob o seu

⁶⁹ Debates of the European Parliament. Wednesday, 14 January 2009. Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/CRE-6-2009-01-14_EN.pdf

⁷⁰ Ibid, p. 2.

comando, tendo em vista a tradição histórica da República Tcheca em discutir e rever sua própria identidade⁷¹. Tal movimento explicita o seu interesse em atuar como moderador dos debates do Parlamento Europeu, participando de maneira ativa. Aproveitando-se do acúmulo de discussões nos anos anteriores sobre os crimes dos regimes totalitários, foram feitos um conjunto de debates, apresentando propostas para uma resolução.

Posteriormente, no dia 19 de fevereiro, Václav Klaus - então presidente da República Tcheca - visitou o Parlamento Europeu, evidenciando o grande esforço do país em seu projeto memorialístico. É recorrente a mobilização de ideias anticomunistas em sua fala, exprimindo que a queda do comunismo no país permitiu o retorno à Europa, participando ativamente do processo de integração, contribuindo com suas ideias. Isso traz à tona o paralelo com o dissidente tcheco, Milan Kundera, o qual argumenta que a Tchecoslováquia teve sua ocidentalidade sequestrada pelo comunismo soviético⁷². Ademais, sua alegação para a implementação de uma economia neoliberal em todo o continente está embasada, principalmente, na concepção de que essa é a contraposição ao comunismo, que implementou a tirania e uma economia disfuncional⁷³. Percebe-se que a experiência da ocupação nazista é silenciada em seu discurso, sobressaindo o período comunista, assim como nas falas dos “empreendedores de memória”.

Já no dia 25 de março, os esforços por parte das lideranças políticas tchecas culminaram no debate para formular uma resolução sobre a consciência europeia e o totalitarismo, abordando o passado traumático europeu. A presença do Vice Primeiro Ministro para Assuntos Europeus, Alexandr Vondra, e do primeiro-ministro demonstra o empenho dessas figuras e como esse tema ocupava lugar de destaque entre as demandas da sociedade tcheca. Inclusive, Vondra iniciou o debate, evocando ideias da Declaração de Praga, como o estabelecimento do dia para rememorar as vítimas do nazismo e do comunismo - definido por ele como o “comunismo totalitário”⁷⁴ - e a criação da *Platform of European Memory and Conscience* - Plataforma de Memória e Consciência Europeia - a qual seria responsável por aumentar o conhecimento público sobre a história europeia e dos crimes cometidos pelos regimes totalitários, funcionando como um centro de pesquisas e estudos.

⁷¹ Ibid, p. 6.

⁷² KUNDERA, Milan. The Tragedy of Central Europe. New York Review of Books, Volume 31, Number 7, April 26, 1984.

⁷³ Debates of the European Parliament. Thursday, 19 February 2009. Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/CRE-6-2009-02-19_EN.pdf

⁷⁴ Debates of the European Parliament. Wednesday, 25 March 2009, p. 99. Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/CRE-6-2009-03-25_EN.pdf

Entre os argumentos utilizados por Vondra para persuadir os eurodeputados, está a “reconciliação com o passado”, o qual deveria ser confrontado coletivamente. Os crimes totalitários seriam, para ele, amarras que prendem a União Europeia ao seu passado. Assim, o Vice Primeiro Ministro para Assuntos Europeus apropriava-se da experiência histórica dos países pós-comunistas, defendendo que alterações nas políticas de memória no bloco europeu poderiam significar garantias a esses países de que não passariam novamente por um regime totalitário. Nesse sentido, é notório que o uso do conceito de totalitarismo, além de comparar de forma natural o nazismo ao comunismo, funciona praticamente como um sinônimo para ditadura, apelando para a guarda dos valores democráticos e dos direitos humanos por parte da UE. Essa foi uma estratégia adotada, visível na conclusão de sua fala, ao afirmar que a grande maioria dos países passou pela experiência totalitária no século XX e que esse tipo de Estado não pode ter espaço no âmbito europeu.

Posteriormente, o segundo a discursar foi o eurodeputado Jan Figel, que foi um dos membros da comissão que apresentou uma proposta de relatório sobre os crimes totalitários. Ele afirmou que a Declaração de Praga possui ideias e proposições que embasaram essa moção, destacando as que foram citadas por Vondra. Isso demonstra que a Declaração produziu um impacto muito rápido no debate europeu, tendo em vista que, mais do que iniciá-lo, teve a capacidade de compilar os anseios dos países pós-comunistas do leste em integrar-se às noções estabelecidas de europeidade. Para isso, era necessário superar a questão memorialística do bloco, construindo suas bases identitárias de maneira coletiva, reconfigurando suas políticas de memória a partir do alargamento da União Europeia em 2004. Destarte, segundo Figel, os países ocidentais deveriam tomar conhecimento do passado trágico do leste, tendo em vista que eles também fazem parte da história comum europeia⁷⁵.

Na sequência, o posicionamento de Jana Hybášková, política tcheca e uma das signatárias da Declaração de Praga, em nome do Partido Popular Europeu, auxiliou na compreensão das ideias centrais desses atores políticos, bem como as formas a partir das quais eles utilizavam-se de suas plataformas. Ela criticou a resolução sobre o aniversário de 60 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, apontando para a falta de vontade política de alguns eurodeputados em buscar um entendimento comum do passado transnacional. O esquecimento das vítimas do comunismo representava uma lacuna entre as experiências históricas, e seria solucionado com a resolução sobre a Consciência Europeia e o Totalitarismo, com base nos trabalhos do Conselho Europeu e a Declaração de Praga. No entanto, Hybášková demonstra preocupação em não tornar restringir isso ao campo simbólico,

⁷⁵ Ibid, p. 100.

questionando o Conselho e a Comissão sobre como seriam realizadas as ações práticas, por exemplo, se fundos poderiam ser destinados aos projetos de pesquisa que estudariam os crimes do comunismo e como seria o apoio institucional às demandas⁷⁶.

A oposição deu-se com o Partido Socialista Europeu, representado por Jan Marinus Wiersma. Ele exprimiu a dificuldade em encaminhar um resultado prático com esse debate, sendo uma opção melhor deixar a história para os historiadores, mantendo sua inquietação com a forma a partir da qual o passado estava sendo discutido no Parlamento Europeu, expressou no ano anterior. Como historiador, seu desejo era que essas proposições fossem realizadas por especialistas no tema, não pela classe política. Dessa forma, ele criticou a pura e simples criação de datas comemorativas, defendendo que elas não causam justiça de modo imediato, tendo em vista que precisam estar ancoradas na historiografia e devidamente suportadas pelas instituições. A tais críticas somaram-se às da Esquerda Unitária Europeia, representada por Vladimír Remek, político tcheco, que expressou o “oportunismo político” da direita em relacionar o comunismo do tempo presente ao passado⁷⁷, invalidando a comparação entre esse regime e o nazista.

Vale ressaltar o simbolismo desse debate para os países da Europa Central, tendo em vista que eurodeputados dessas nações foram a maioria das falas em nome dos partidos. As explanações dos húngaros László Tókécs (Partido Verde Europeu) e István Szent-Iványi (Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa) e da polonesa Hanna Foltyn-Kubicka (União para a Europa das Nações) endossam a posição do PPE, pois refletem uma demanda que diz respeito à própria identidade desses países no pós-guerra, a qual calcou-se no objetivo de se distanciar do passado soviético, estreitando laços e relações políticas com a Europa. Discutir a devida compensação, ou a ausência dela, das vítimas do comunismo é, em outras palavras, proporcional a refletir sobre a história desses países enquanto vítimas, ao trazer a perspectiva de que o isolamento deles foi uma imposição do comunismo soviético. Para isso, o termo “totalitarismo” passa a ser apropriado na tentativa de justificar essas demandas, trazendo como linha argumentativa o consenso da defesa da democracia e dos direitos humanos, firmadas pela União Europeia desde a sua concepção.

Destaca-se, além das colocações partidárias, a manifestação de Tunne Kelam: eurodeputado que foi um dos signatários da Declaração de Praga. Citando uma fala de Harry Truman, na qual ele diz que não existe diferença entre Estados totalitários⁷⁸. Nesse sentido, ele

⁷⁶ Ibid, p. 101.

⁷⁷ Ibid, p. 102.

⁷⁸ Ibid, p. 103.

almejava um processo de integração europeia que fosse completo, abarcando não apenas a questão política e econômica, mas também a percepção histórica. Dessa maneira, as vítimas dos regimes totalitários deveriam ser tratadas com equidade. Além disso, aponta que a quantidade de testemunhos disponíveis permite uma conclusão política sem necessidade de estudos acadêmicos, o que, de certa forma, revela uma contradição em relação à demanda da Declaração de Praga que pretende consolidar institutos de pesquisa e estudos sobre os crimes do comunismo. Essa fala de Kelam é reafirmada por uma série de políticos nessa conferência, tendo em vista que está pautada na formalização dos valores comuns europeus, o qual significa um elemento de atuação político das direitas, especialmente a ala conservadora.

O final desse debate dá-se com a conclusão de Alexandr Vondra e Jan Figel. O primeiro busca justificar a necessidade em se traçar um passado comum, jogando-o para a área das políticas educacionais da União Europeia⁷⁹. De tal forma, o conhecimento histórico e a condenação aos crimes dos regimes totalitários, de acordo com ele, deveriam receber financiamentos por parte das instituições europeias. Já o segundo traz a sua experiência de vida na Tchecoslováquia, expressando a importância de se firmar uma memória europeia que funcione como um mecanismo de prevenção à emergência de regimes totalitários⁸⁰. Ademais, ele expõe o apoio da Comissão Europeia aos debates dessa natureza, ressaltando a imposição de aprofundar a integração memorialística do bloco, citando de maneira direta Tunne Kelam, e de forma indireta o objetivo central da Declaração de Praga, que aliada à presidência tcheca, catalisaram o paradigma da memória anticomunista no contexto europeu.

Por meio disso, a resolução *European conscience and totalitarianism* - Consciência europeia e totalitarismo - foi aprovada no Parlamento Europeu no dia 2 de abril de 2009⁸¹. Ela caracterizou-se por abrir mais brechas para futuras discussões sobre as vítimas do comunismo, levando em consideração o reconhecimento dos regimes fascistas e comunistas como um legado comum da história da Europa. Apesar de não satisfazer completamente as demandas suscitadas pela Declaração de Praga, atendeu dois pontos que eram desejados pela presidência tcheca, que foram a criação da *Platform of European Memory and Conscience* (no décimo terceiro ponto) e proclamação do dia 23 de agosto como o dia da recordação das vítimas de todos os regimes totalitários (no décimo quinto ponto).

Em dezembro de 2009, levando em consideração os esforços realizados pela presidência tcheca, o Conselho Europeu adotou o *Stockholm Program* - Programa de

⁷⁹ Ibid, p. 109.

⁸⁰ Ibid, p. 110.

⁸¹ Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-6-2009-0213_EN.pdf

Estocolmo - reconhecendo que as tragédias do passado devem ser objetos de ação política da União Europeia. Dessa forma, institucionalizou-se a possibilidade de implementar as ideias da Declaração de Praga em âmbito europeu, o que foi sedimentado através da Plataforma da Memória e da Consciência Europeia.

A República Tcheca, antes mesmo da Declaração e da criação de institutos europeus para estudar o passado comunista, já possuía uma fundação voltada à temática, o *Institute for the Study of Totalitarian Regimes* - Instituto para o Estudo de Regimes Totalitários. Criada em 2007, essa agência governamental tem um programa educacional voltado para a “alfabetização histórica” sobre a ocupação nazista no país e o regime comunista⁸². Ao trabalhar em conjunto com a *Security Services Archive* - Arquivo de serviços de segurança - utiliza como fontes centrais os materiais oficiais de Estado, destacando-se o período comunista. Uma ação prática tomada é o suporte pedagógico e metodológico aos professores tchecos. Além disso, o instituto realiza seminários, oferece materiais didáticos para as escolas e seus historiadores são figuras constantes nos meios de comunicação.

É evidente que essa apropriação do passado por parte do Estado gerou problemas na sociedade tcheca. Por exemplo, em 2008, um dos pesquisadores acusou o escritor Milan Kundera de ter colaborado com o regime comunista, trabalhando como informante. Segundo o acusador, Kundera teria auxiliado na prisão de um estudante, chamado Miroslav Dvoracek, que ficou preso por 14 anos e condenado a regime de trabalho forçado. O Instituto não conseguiu esclarecer todos os fatos e o escritor tcheco negou veementemente sua participação no caso⁸³. Era de conhecimento público que Kundera filiou-se ao partido comunista enquanto jovem, mas suas críticas a partir da invasão dos tanques soviéticos em 1968 e consequente desligamento do partido, fizeram com que ele se tornasse um dos nomes proeminentes, no país e na Europa, como um dos dissidentes que se transformaram em símbolo de resistência.

No atual contexto tcheco de ascensão da extrema-direita e de governos anticomunistas com uma perspectiva liberal, o Instituto para o Estudo de Regimes Totalitários ganhou uma roupagem ideológica favorável aos governantes. Nessa direção, as pesquisas sobre os crimes do comunismo foram a maioria absoluta em relação aos delitos do período nazista. Em um artigo do Jornal Nacional Tcheco, Jiří Jaroš Nickelli denunciou a ausência da lista de colaboradores da Gestapo, relatando o passado de ocupação nazista como um “grande nada”⁸⁴, uma lacuna deixada pelo instituto. Denota-se, com isso, que o anticomunismo foi

⁸² Disponível em: www.ustrcr.cz/en/about-us/

⁸³ Disponível em: www.nytimes.com/2008/10/14/world/europe/14czech.html?_r=2&fta=y&

⁸⁴ Disponível em:

www.ceskenarodnilisty.cz/clanky/phdr-jiri-jaros-nickelli-konecne-vydat-seznamy-gestapaku.html

fortemente apropriado pela direita enquanto pauta política, utilizando de pesquisas para criminalizar o comunismo. Mas essa temática era consensual entre os signatários da Declaração de Praga, a qual considerou o comunismo como uma ideologia instrumentalizada para objetivos expansionistas e implementação do terror de Estado, a qual se assemelha aos governos nazifascistas.

Apesar disso, a criação da *Platform of European Memory and Conscience* representou uma vitória para a reivindicação memorialística de cunho anticomunista. Formada em 2011, iniciou os trabalhos no ano seguinte, atuando como uma fundação da União Europeia voltada para projetos educacionais. Esse plano geral aproxima a Plataforma do Instituto estabelecido na República Tcheca, mas com a diretriz da Declaração de Praga de impactar no cenário internacional. Dos 45 signatários do apelo internacional de ex-prisioneiros políticos, vítimas de regimes totalitários, 17 foram associações tchecas, evidenciando que essa discussão ocupava espaço central nessa sociedade⁸⁵.

O debate sobre o passado traumático, mesmo com suas problemáticas, destacou-se nos países pós-comunistas, tendo em vista que o manifesto supracitado visava reparar legalmente os crimes do comunismo soviético. Na sociedade tcheca, isso não ocupava o campo simbólico, apenas. Ações foram tomadas nesse sentido, principalmente suportadas por Organizações Não-Governamentais, que também recebiam apoio das estruturas oficiais do Estado, como o Escritório de Documentação e Investigação dos Crimes do Comunismo. A ONG chamada Confederação de Prisioneiros Políticos da República Tcheca⁸⁶, uma das signatárias da Plataforma, sobressaiu em relação a essa causa. Essa organização tinha o objetivo de reintegrar as vítimas que foram exiladas, resistiram ao regime comunista na Tchecoslováquia, ou familiares desses indivíduos. Além disso, políticas de reparação, como reconhecimento de perpetradores e compensações financeiras, constituíram elementos de mobilização política de seus integrantes.

Um exemplo disso é a reabertura do julgamento de Milada Horáková, 58 anos depois do seu assassinato. Sua trajetória foi comparada à história nacional, pois ela foi presa e torturada pelo regime nazista e morta pelo regime comunista, acusada de conspiração e traição, tanto que o dia de sua morte se tornou, em 2004, o dia comemorativo das vítimas do regime comunista. A retomada desse caso provocou um debate no campo jurídico, tendo em vista que o tribunal superior considerou o caso prescrito, porém a procuradora-geral Renata

⁸⁵ Disponível em: www.memoryandconscience.eu/category/documents/declaration-2012/

⁸⁶ Disponível em: www.muklove.cz

Vesecká entrou com um recurso discordando da decisão⁸⁷. Por fim, a acusadora do julgamento de Horáková, Ludmila Brožová-Polednová, foi condenada a seis anos de prisão, mesmo tendo 87 anos de idade.

Isso demonstra como a República Tcheca tratava internamente o seu passado comunista, que, por meio da Declaração de Praga, deveria ser transladado para o contexto das políticas públicas da União Europeia. Com a sede da Plataforma instalada em Praga, denota-se o protagonismo tcheco nesse debate e na concepção das ações da instituição, que foi planejada por eles. Para apoiar os três primeiros anos de atividade, um subsídio estratégico do *International Visegrad Fund* foi concedido ao *Institute for the Study of Totalitarian Regimes*⁸⁸, o que explicita os interesses regionais em institucionalizar memórias e narrativas anticomunistas. Entretanto, esse modelo tcheco de apropriação da memória anticomunista encontrou uma série de entraves no Parlamento Europeu. As críticas à discussão do passado sem o aval de historiadores dificultaram o engajamento efetivo dos países-membros. De tal forma, entre 2011 e 2014, a atuação da instituição de âmbito educacional limitou-se a realizar palestras, seminários e organizar memoriais.

Nesse sentido, as formulações da Declaração de Praga deixaram de ser protagonistas nos debates do Parlamento Europeu, fixando-se nas instituições voltadas para estudar os crimes dos regimes totalitários, os quais a tomam enquanto base referencial. Percebe-se que o reconhecimento do comunismo enquanto parte integral da história comum europeia - sétimo ponto da Declaração - passa a ocupar o centro das reivindicações dos empreendedores de memória anticomunistas, deixando as outras demandas em aberto para os governos nacionais e ONG 's. No primeiro semestre de 2011, a presidência húngara do Conselho da União Europeia, apesar das citações à memória do comunismo no discurso de apresentação do seu programa, pouco contribuiu para essa causa, tendo em vista as contradições das críticas do governo de Viktor Orbán ao totalitarismo, as quais eram facilmente expostas no Parlamento Europeu.

Já no segundo semestre do mesmo ano, a presidência polonesa do Conselho da UE pautou mais esse debate, sobretudo nacionalmente, levando em consideração o governo Bronisław Komorowski, que foi um ativista de oposição ao comunismo. Somado a isso, Jerzy Buzek - político polonês - também era presidente do Parlamento Europeu, facilitando a emergência dessas discussões no plenário. Entre as ações da Polônia nesse período, destaca-se a Declaração de Varsóvia sobre o Dia Europeu em Memória das Vítimas dos Regimes

⁸⁷ Disponível em: www.muklove.cz/prokuratorka-horakove-neuspela-sestiznosti-nasvuj-proces/

⁸⁸ Disponível em: www.memoryandconscience.eu/ivf-strategic-grant/

Totalitários, em 23 de agosto⁸⁹. Esse relatório foi assinado no Parlamento polonês, entretanto, 16 representantes de países da UE o assinaram. Suas proposições reforçam o sentido da Declaração de Praga, sugerindo apoio à comemoração do dia, às instituições europeias que estudam o passado totalitário e outras organizações não-governamentais, exigindo reparação para as vítimas e condenação dos perpetradores. Mesmo que não tenha sido utilizado a palavra “comunismo”, infere-se pelo contexto político que esse termo está circunscrito no conceito de totalitarismo, o que foi uma estratégia comum adotada pelos empreendedores da memória crítica ao comunismo, de modo a gerar uma oposição entre ele e a democracia.

Entretanto, essas discussões perderam força no Parlamento Europeu, tendo em vista a acomodação dos grupos políticos com a criação do grupo de pesquisa financiado pela UE e as instituições nacionais, que passaram a integrar-se para a consolidação da memória crítica ao comunismo. Na República Tcheca, o “consenso anticomunista na esfera pública” era uma realidade no início do século XXI, mas foi se complexificando de modo a exigir mudanças estratégicas, com o maior investimento em filmes e obras literárias que colocassem as vítimas dos regimes totalitários representadas enquanto heróis⁹⁰. Com o Ato da Terceira Resistência, aprovado pelo parlamento tcheco em 2011, definiu-se o resistente anticomunista aquele que travou luta armada contra o regime ou tenha contribuído para derrubar o regime por qualquer via, incluindo editoriais e trabalho no exterior⁹¹. Isso fortaleceu a estabilização da figura do resistente como herói na memória coletiva nacional, que era apropriada pelo Estado, como se observa desde a concepção do país até a Declaração de Praga e seus desdobramentos.

Um exemplo da lacuna dos debates memorialísticos no Parlamento Europeu é o ano de 2015. No arquivo virtual, as discussões desse ano não estão traduzidas nem para o inglês, com as falas de cada eurodeputado disponíveis apenas na língua vernácula. Raríssimas são as citações, mesmo ao buscar pela palavra “totalita”, que é comumente utilizada politicamente pelos tchecos para se referirem ao totalitarismo. O mesmo ocorre com o termo “comunismo” que foi menos explorado a partir do ano de 2011. Talvez isso se explique pelo contexto político do bloco, que varia de acordo com as presidências. No entanto, sempre em datas comemorativas - ou “redondas” - produz-se algo para refletir o que esse passado significa no tempo presente. Assim, as lembranças dos 70 anos do final da Segunda Guerra Mundial, ao menos nessa instituição legislativa, pouco explorou a memória do comunismo, ressaltando-se a declaração do dia internacional dos roma - ou romani - vulgarmente

⁸⁹ Disponível em: www.memoryandconscience.eu/wp-content/uploads/2011/08/warsaw_declaration.pdf

⁹⁰ PEHE, Veronika. *Authenticating the Past: Archives, Secret Police and Heroism in Contemporary Czech Representations of Socialism. Perceptions of Society in Communist Europe*, 2018, p. 208.

⁹¹ *Ibid*, p. 210.

conhecidos como “ciganos”, reconhecendo a importância de rememorar o genocídio desses indivíduos durante a guerra⁹². Diferentemente das outras reivindicações, essa não citava sequer os crimes do totalitarismo e as demandas não eram tão claras quanto o relatório sobre as vítimas do comunismo, o que demonstra a importância da Declaração de Praga em sintetizar a memória crítica ao comunismo, propondo ações práticas para a União Europeia.

A ausência de debates pautando a memória do comunismo, explicada pela atuação dos institutos de pesquisa voltados para a educação, sobretudo a produção de materiais didáticos e organização de palestras, encerra-se de modo explícito no dia 23 de agosto de 2018, quando os líderes de países-membros da UE assinaram um documento em conjunto comprometendo-se em rememorar as vítimas do comunismo. A partir desse momento, evidencia-se a estratégia política central dessa nova investida, que é tomar o dia da assinatura do Pacto Molotov-Ribbentrop como o centro da linha argumentativa, utilizando-o para reacender as discussões.

As moções apresentadas pelos grupos políticos sintetizam as ideias de cada partido, contribuindo para o entendimento de cada abordagem e intencionalidade. Aquela realizada pelo Partido Popular Europeu explicita em seu primeiro ponto o Tratado de não-agressão entre o regime nazista e o stalinista, evidenciando o esforço dos seus integrantes em ampliar a memória crítica ao comunismo⁹³. A recordação constante das vítimas dos totalitarismos também é exposta, assim como a preocupação com os radicalismos políticos, seja de esquerda ou de direita. Além disso, a *Platform of European Memory and Conscience* é abordada, ao exigir o aprofundamento dos projetos que envolvam a memória histórica europeia, solicitando recursos por meio do programa *Europe for Citizens*, destinado a refletir sobre o passado da Europa, bem como seus valores e diversidades. Com isso, essas concepções, aliada a consideração à Declaração de Praga em sua elaboração, demonstram a centralidade do texto tcheco para esses empreendedores de memória, tendo em vista a luta pelo julgamento adequado dos crimes cometidos pelo comunismo totalitário.

Divergindo disso, a moção produzida pela Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas não cita o termo “comunismo” em seus pontos centrais, pois observava-se essa temática por um espectro distinto⁹⁴. A questão primordial para eles era combater o que chamavam de revisionismo histórico, sem deixar de diferenciar o regime estalinista do comunismo em si. Através disso, rememorou-se as vítimas dos regimes totalitários de uma

⁹² Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2015-0095_EN.pdf

⁹³ Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/B-9-2019-0097_EN.html

⁹⁴ Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/B-9-2019-0099_EN.html

maneira diferente, mas as instituições de pesquisa não foram ignoradas, valorizando a educação por meio da cultura e pelos projetos da União Europeia. De certa forma, isso contrasta com as matrizes ideológicas desse partido, o que gera ambiguidades em relação ao texto. Vale ressaltar, no entanto, o esvaziamento das esquerdas no Parlamento Europeu no debate memorialístico, tido como batalha perdida pelo contexto político, pois apenas 4 eurodeputados redigiram o texto, enquanto no PPE, 22 eurodeputados contribuíram para a moção.

O debate que antecedeu a votação do relatório, realizado no dia 18 de setembro de 2019, suscitou reflexões a respeito do passado traumático europeu⁹⁵. Principalmente, é notório a propagação de um paradigma histórico divergente ao que se veiculava nos círculos acadêmicos historiográficos, tendo em vista a visão de uma história “mestra da vida”, na qual a memória dos totalitarismos deveria ser lembrada para jamais repetir os erros do passado. Isso fica evidente na fala da presidente do Conselho da União Europeia, Tytti Tuppurainen, política finlandesa, que reforça esses ideais de uma história discutida por figuras políticas sem intimidade com a historiografia e suas perspectivas.

Ademais, é curioso o fato de nesse mesmo dia, enquanto era colocada em pauta a questão memorialística, aprofundando o processo de integração entre os países, debatia-se a saída do Reino Unido da União Europeia. Nesse contexto, pode-se aferir que as instituições transnacionais estavam, de alguma maneira, em crise. Justamente nesse momento, intensificaram-se as formulações de políticas sobre o passado, justificando a importância do bloco europeu para os países-membros ao ressaltar o caráter identitário. Dimitris Avramopoulos, membro da Comissão, destacou isso, afirmando que não haveria oportunidade melhor para discutir a importância da história coletiva para o futuro compartilhado da Europa⁹⁶.

Em nome do Partido Popular Europeu, Rasa Juknevičienė, eurodeputada lituana, salientou o impacto do Pacto Molotov-Ribbentrop⁹⁷, que foi o evento mobilizador da memória crítica ao comunismo após a Declaração de Praga, que no seu nono ponto propôs a criação do Dia Europeu em Memória das Vítimas dos Regimes Totalitários, aprovado em 2009 pelas instituições europeias. Além disso, a OTAN também se tornou uma organização tratada e como agregadora dos valores europeus ocidentais, em oposição à Rússia de Vladimir Putin. Oitenta anos após o acordo entre Hitler e Stalin, defendia-se que a Europa ainda não havia

⁹⁵ Debates of the European Parliament. Wednesday 18 September 2019, p. 127. Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/CRE-9-2019-09-18_EN.pdf

⁹⁶ Ibid, p. 128.

⁹⁷ Ibid, p. 130.

superado a realidade da divisão interna, agora imposta pela Rússia. Era um consenso no Parlamento Europeu que os russos também foram vítimas do totalitarismo, mas não tratava o seu passado com a devida seriedade, promovendo mentiras históricas.

Tal consenso é expresso nesse debate em específico com a exposição de Vilija Blinkevičiūtė, também eurodeputada lituana, a qual falou em nome da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas. Isso porque a preservação da memória histórica foi colocada em discussão, sendo tratada como primordial para a UE e um dever de tratá-la com a devida seriedade, sem glorificar regimes de natureza totalitária, incluindo os comunistas. Entretanto, essa explanação precisa ser compreendida no contexto de esvaziamento dos debates memorialísticos por parte das esquerdas, desde o relatório de 2009⁹⁸, pois viam nesses embates a possibilidade de perder capital político em comparações que poderiam ser realizadas entre esse passado e suas atuações políticas no tempo presente. Com isso, a moção movida pelo partido perdeu força, tendo em vista a pouca mobilização entre os próprios eurodeputados.

Nesse contexto, foi aprovada a resolução *Importance of European remembrance for the future of Europe* - Importância da memória europeia para o futuro da Europa - no dia 19 de setembro de 2019⁹⁹. As visões consolidadas sobre o passado traumático europeu, em especial a memória dos crimes do comunismo, foram pautadas a partir da Declaração de Praga, a qual se tornou um documento referencial para os empreendedores da memória crítica ao comunismo em âmbito europeu. A partir disso, essa nova resolução sintetizou pontos que significaram ganhos políticos à essas figuras. As considerações iniciais desse documento levaram em conta os 80 anos do início da Segunda Guerra Mundial e da assinatura do Pacto Molotov-Ribbentrop, tido como a principal fonte de resgate. Além disso, evidenciou-se a necessidade de aumentar a conscientização, avaliar moralmente e conduzir investigações dos crimes do stalinismo, algo também presente nas primeiras observações do texto tcheco, o qual apresenta no terceiro e quarto pontos essa demanda, que se baseia em uma abordagem comum dos crimes dos regimes totalitários.

Sendo assim, os pontos centrais do relatório apontam o acordo entre o nazismo e o estalinismo como o principal fator que desencadeou a guerra, pois ele uniu dois regimes totalitários em prol de objetivos comuns, principalmente a divisão da Europa em duas grandes áreas de influência. Ademais, dialogando com o segundo ponto da Declaração, destaca-se que

⁹⁸ NEUMAYER, Laure. Integrating the Central European Past into a Common Narrative: The Mobilizations Around the 'Crimes of Communism' in the European Parliament. London: Routledge, 2015, p. 12.

⁹⁹ Disponível em: www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2019-0021_EN.pdf

o comunismo cometeu crimes contra a humanidade, ressaltando os genocídios e as deportações. Dessa maneira, firma-se um caminho para construir meios legais com o intuito de resgatar essas violações.

Outro ponto relevante desse texto do Parlamento Europeu é o décimo, que convoca os países-membros da União Europeia para estabelecerem uma cultura memorialística comum, a qual deve rejeitar os crimes dos fascismos, stalinismo e outros governos de natureza autoritária. Para isso, a educação no campo cultural passou a ser uma área de atenção. Mas isso não impediu o aprofundamento do suporte da UE à *Platform of European Memory and Conscience* e outros projetos de memória histórica, pois esse documento solicitou mais investimentos nesses grupos de pesquisa e produção de materiais didáticos. Por fim, destaca-se a criação do Dia Internacional dos Heróis da Luta contra o totalitarismo, no dia 25 de maio, para lembrar a execução de Witold Pilecki, um líder de resistência ao nazismo que se utilizou da espionagem enquanto ferramenta política.

Considerações finais:

É notório o impacto das proposições da Declaração de Praga sobre Consciência Europeia e Comunismo nas instituições europeias. Levando em conta o recorte temporal desse trabalho monográfico, houve avanços em relação aos objetivos das propostas da declaração. Isso porque ela tornou-se um documento referencial para as novas propostas de revisão do passado europeu, as quais se embasaram na memória crítica ao comunismo. Com isso, o caráter da formação identitária da União Europeia sendo fortemente conectado com o contexto histórico do fim da Segunda Guerra Mundial, influenciou na reabertura desse debate no cenário de alargamento do bloco europeu, no qual se fez necessário incluir a memória dos países recém-chegados no passado comum europeu.

De tal maneira, a apropriação do passado comunista por parte do Estado tcheco denota a importância da memória desses eventos para a construção da identidade nacional. Em uma nação criada em um momento histórico pós-comunista, com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade política e econômica, era desejável não apenas para a classe burocrática, mas para uma parcela majoritária da população tcheca, aproximar-se ao Ocidente. Para isso, a entrada na OTAN e na União Europeia foram caminhos necessários para alcançar esses objetivos. Contudo, isso não era suficiente no início do século XXI, pois essa aproximação não deveria ser apenas simbólica, mas chegar em um status de igualdade em termos de dividir valores em comum. É nesse pressuposto que os países da Europa Central, com destaque para a República Tcheca, almejavam impactar as políticas de memória do continente, incluindo a memória do comunismo nas reparações organizadas pela UE, de modo que a história dos países estivesse conectada à história da Europa.

Dessa forma, a Declaração de Praga foi formulada no sentido de impactar as políticas de memória da UE, sendo um documento referencial para a apresentação de demandas nos debates dos plenários das instituições europeias. Os crimes cometidos pelos regimes comunistas no pós-guerra são destacados, com o intuito de comparar a relevância desses delitos com os realizados pelo regime nazista, os quais estavam incluídos na memória comum europeia desde 1995, com o paradigma do Holocausto representando as vítimas do conflito, o que contrastava com a experiência histórica dos países do leste¹⁰⁰. Nesse sentido, com a Declaração enquanto base, buscava-se reabrir julgamentos sobre os crimes do comunismo, reavivar a memória do Pacto Molotov-Ribbentrop como defesa argumentativa do conceito de

¹⁰⁰ DROIT, Emmanuel. The Gulag and the Holocaust in Opposition: Official Memories and Memory Cultures in an Enlarged Europe. Dans Vingtième Siècle. Revue d'histoire Volume 94, Issue 2, 2007, p. 101-120.

totalitarismo, ao apontar a existência de interesses em comum e criar projetos educacionais e centros de pesquisa e estudos, para aumentar o conhecimento público desse passado.

Nesse sentido, o resgate do comunismo deu-se de diversas maneiras, tendo em vista as diferentes motivações políticas. No entanto, buscou-se ressaltar a ação de figuras públicas na República Tcheca e no Parlamento Europeu, destacando a atuação de Organizações Não-Governamentais, que foram primordiais nesse processo, sobretudo após a formação da *Platform of European Memory and Conscience*. Essa instituição transnacional de cunho educacional, foi aprovada pela UE posteriormente ao anseio da Declaração de Praga, e foi capaz de reunir ONGs de vários países, também recebendo financiamentos por parte das instituições europeias. Em 2008, antes mesmo da criação da Plataforma, o programa *Europe for Citizens*, voltado para forjar e consolidar os valores comuns europeus, a partir da história e da diversidade cultural, recebeu um montante de cerca de 23 milhões de euros¹⁰¹, demonstrando a importância do passado europeu para o bloco. Ademais, quase 40 milhões de euros foram destinados ao campo cultural, ressaltando o patrimônio histórico e a cultura europeia como um dos pontos-chave¹⁰². Ao longo da história, resgates memorialísticos foram fundamentais para reformular esse passado, abrangendo as identidades nacionais no contexto mais amplo.

Dessa forma, quando as pesquisas começaram a ser realizadas, no início de 2011 pela *Platform of European Memory and Conscience*, com a produção de materiais didáticos e organizações de palestras e seminários, já havia um ordenamento prévio para o seu funcionamento de modo efetivo. Apesar disso, não era uma preocupação por parte dos atores sociais a captação de recursos para o desenvolvimento de pesquisas, porque ONGs de países da Europa Central, principalmente da República Tcheca, envolveram-se nessa causa. A partir disso, o resgate da memória crítica ao comunismo passou a ter um espaço de disseminação de suas ideias além dos órgãos governamentais, como o Parlamento Europeu, fixando-se em novos lugares sem deixar de lado avanços dessa perspectiva sobre o passado no contexto europeu da formulação de políticas de memória

Entretanto, com a tomada de ações no seio das ONGs e da Plataforma, percebe-se uma lacuna em relação aos debates sobre o passado comunista europeu, tendo em vista que os empreendedores de memória focaram na tomada de ações práticas nos cenários nacionais, como a reabertura dos crimes dos regimes comunistas. A República Tcheca, de certa forma,

¹⁰¹ Official Journal of the European Union. Final adoption of the general budget of the European Union for the financial year 2008. Volume 51, English Edition, 14 March 2008, p. 1136.

¹⁰² Ibid, p. 1130.

sobressai-se nesse processo, com o Estado assumindo a centralidade na discussão sobre o passado dos totalitarismos, criando o *Institute for the Study of Totalitarian Regimes (ÚSTR)*. De modo conjunto com o *Security Services Archive (ABS)*, esse instituto formalizado por lei recebia documentos sobre os crimes dos regimes totalitários no país. No entanto, críticas sobre o predomínio dos estudos sobre o passado comunista, com a exposição em larga escala dos seus crimes em relação aos realizados pela ocupação nazista, são frequentes na sociedade tcheca, principalmente pelo desconforto na região da Boêmia e da Morávia que passaram por um processo de deportações e desapropriações com o fim da ocupação¹⁰³.

Apesar dos esforços feitos pelos empreendedores de uma memória crítica ao comunismo, percebe-se que o financiamento europeu a essas novas políticas implementadas ficou aquém do esperado. O montante de cerca de 23 milhões de euros destinados ao programa *Europe for Citizens* em 2008 tornou-se, em média, quase 27 milhões de euros, entre os anos de 2014 e 2020, com o investimento total de 187,718,000¹⁰⁴. No orçamento do ano de 2019, não se designou nenhum valor específico para esse programa e nem para o campo memorialístico, deslocando essa área para um lugar intermediário entre a educação e a cultura. Pode-se aferir que, de 2008 para 2019 houve menor investimentos financeiros para a discussão do passado europeu, o que se tornou uma preocupação, tendo em vista que a resolução de 2019 - *Importance of European remembrance for the future of Europe* - em seu décimo segundo ponto, solicitou uma alocação monetária adequada ao programa para fornecer suporte às lembranças das vítimas dos totalitarismo.

No entanto, essa perda não significou a derrota desses grupos políticos frente a consolidação de suas ideias em âmbito europeu. Isso porque a resolução de 2019 foi capaz de colocar o Pacto Molotov-Ribbentrop em lugar de destaque na história europeia, sendo considerado o evento causador da Segunda Guerra Mundial, por unificar os interesses de dois regimes totalitários com objetivos expansionistas. Além disso, tal documento representa a reformulação da perspectiva memorialística da União Europeia, pois ele também inclui as vítimas do Holocausto. A partir disso, a identidade da Europa redefiniu-se, levando em consideração que o conceito de totalitarismo ganhou protagonismo, de modo a repensar quem foram as vítimas que precisam ser, de alguma forma, recompensadas com políticas públicas voltadas para a justiça social.

¹⁰³ GNIAZDOWSKI, Mateusz. The Problem of War Reparations - The Perspective of the Czech Republic. The Polish Foreign Affairs Digest. Vol.4, No, 4, 2004.

¹⁰⁴ Disponível em: commission.europa.eu/about-european-commission/departments-and-executive-agencies/justice-and-consumers/justice-and-consumers-funding-tenders/funding-programmes/previous-programmes-2014-2020/europe-citizens-efc_en

Por fim, deve-se salientar que, em linhas gerais, a Declaração de Praga alcançou seus objetivos principais, sendo discutida no Parlamento Europeu e guiando os debates que revisaram o passado do continente. De certa maneira, percebe-se que os crimes do comunismo passaram a ser tratados de forma semelhante aos do nazismo, com exceção a reabertura de julgamentos no contexto europeu, pois só foi possível implementar essa medida em ordem nacional, levando em conta sua complexidade. Certamente o conhecimento público desse tema aumentou de modo expressivo, com a disseminação de informações, a qual foi possível pelo auxílio dos governos em liberar os seus arquivos, facilitando pesquisas e estudos. Assim, a história comum europeia traçada pelas instituições transnacionais, melhor definida como a memória unificada europeia, passou a reconhecer e condenar os crimes dos regimes comunistas, sobretudo na região da Europa Central, onde o passado do stalinismo foi enfatizado.

O contexto político de avanço da extrema-direita no mundo, mas principalmente na Europa, permitiu a implementação de algumas das propostas mais radicais da Declaração de Praga, como o ajuste de materiais didáticos de história para incluir os horrores do comunismo, por meio da Plataforma. Vale ressaltar que não é certo o quanto esses materiais circulam entre os países, sendo mais provável serem restritos aos que apoiam de forma mais veemente essa ação. A conjuntura do tempo presente demonstra que as ferramentas para a transposição prática dessas propostas estão dadas, pois a Declaração de Praga ainda possui protagonismo para a memória crítica ao comunismo. Tão importante quanto estudar o passado, é pensar o quanto ele muda ao longo do tempo. Portanto, as políticas de memória europeias e suas alterações apontam tanto para o processo de construção das identidades iniciado no pós-guerra, quanto para a expansão da influência da extrema-direita no tempo presente.

BIBLIOGRAFIA

Fontes:

Council conclusions on the memory of the crimes committed by totalitarian regimes in Europe, 2011.

Debates of the European Parliament. Monday, 21 april 2008.

Debates of the European Parliament. Wednesday, 14 January 2009.

Debates of the European Parliament. Thursday, 19 February 2009.

Debates of the European Parliament. Wednesday, 25 March 2009.

Debates of the European Parliament. Wednesday 18 September 2019.

Declaração de Praga sobre a Consciência Europeia e o Comunismo. Senado da República Tcheca: 3 de junho de 2008.

European Parliament Resolution “European Conscience and Totalitarianism”, adopted on 2 april 2009.

European Parliament Resolution “Human Rights in the World”, adopted on 26 april 1995.

European Parliament Resolution “Importance of European remembrance for the future of Europe”, adopted on 19 september 2019.

Official Journal of the European Union. Final adoption of the general budget of the European Union for the financial year 2008. Volume 51, English Edition, 14 March 2008.

Teses, livros e artigos:

ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo.* São Paulo: Companhia de Bolso, 1ª edição, 2013.

ASSMANN, Aleida. “Europe’s Divided Memory”. In: BLACKER, Uilleam, ETKIND, Alexander, and FEDOR, Julie (ed.). *Memory and Theory in Eastern Europe.* New York, Palgrave Macmillian, 2013.

BERLIN, Isaiah. *The magus of the north : J.G. Hamann and the origins of modern irrationalism.* New York: Farrar, Straus, and Giroux, 1994.

CONNELLY, John. Poles and Jews in the Second World War: the Revisions of Jan T. Gross, in: *Contemporary European History* 11, no. 4, 2002, p. 641-658.

CORDEIRO, J.; LIEBEL, V.. Crises da memória na Europa contemporânea: 1918, 1945, 1989 e além. *Tempo*, v. 28, n. 3, p. 284–300, set. 2022.

_____. De volta à Europa: Rememorar as revoluções de 1989 trinta anos depois, Praga e Budapeste. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 38, n. 76, p. 261-297, jan/abr 2022.

- CUNHA, Alexandre Mendes. Uma introdução à União Europeia: história, política e economia, 2. ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018.
- DHAND, Otilia. *The Idea of Central Europe: Geopolitics, Culture and Regional Identity*. London and New York, I.B. Tauris, 2018.
- DROIT, Emmanuel. The Gulag and the Holocaust in Opposition: Official Memories and Memory Cultures in an Enlarged Europe. *Dans Vingtième Siècle. Revue d'histoire* Volume 94, Issue 2, 2007, p. 101-120.
- DUJISIN, Zoltan. "A history of post-communist remembrance: from memory politics to the emergence of a field of anticommunism". *Theory and Society* 50, 2020.
- FURET, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a idéia comunista no século XX*; tradução Roberto Leal Ferreira - São Paulo: Siciliano, 1995.
- GHODSEE, Kristen. A Tale of "Two Totalitarianisms": The Crisis of Capitalism and the Historical Memory of Communism. *History of the Present*, Vol. 4, No. 2 (Fall 2014), p. 122.
- GNAZDOWSKI, Mateusz. The Problem of War Reparations - The Perspective of the Czech Republic. *The Polish Foreign Affairs Digest*. Vol.4, No, 4, 2004.
- HAVEL, Václav. *The Power of the Powerless: Citizens Against the State in Central Eastern Europe*. Routledge Taylor & Francis Group, 2015.
- HOFHANSEL, Claus. *The Diplomacy of Compensation for Eastern Europeans Victims of Nazi Crimes*. German Politics, 1999.
- JUDT, Tony *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*; tradução José Roberto O'Shea; revisão Marta Miranda O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- KERSHAW, Ian. Totalitarianism Revisited: Nazism and Stalinism in Comparative Perspective, *Tel Aviver Jahrbuch für deutsche Geschichte*, p. 23-40, 1994.
- KUNDERA, Milan. The Tragedy of Central Europe. *New York Review of Books*, Volume 31, Number 7, April 26, 1984.
- LEFORT, Claude. *L'invention démocratique: les limites de la domination totalitaire*. Paris: Fayard, 1983
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*; tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEVY, Daniel; SZNAIDER, Natan. "Memory unbound. The Holocaust and the formation of cosmopolitan memory". *European Journal of social theory*, 2002, 5 (1), p. 87- 106.

- LOWE, Keith. *Continente selvagem. O caos na Europa depois da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. Entrevista com Henry Rousso. *Tempo* 24 (2), mai/ago. 2018.
- NEUMAYER, Laure. “Integrating the Central European Past into a common narrative: the mobilizations around the ‘crimes of communism’ in the European Parliament”. *Journal of Contemporary European Studies*, 2015.
- ORZOFF, Andrea. *Battle for the Castle. The Myth of Czechoslovakia in Europe, 1914–1948*. Oxford University Press, 2009.
- PEHE, Veronika. *Authenticating the Past: Archives, Secret Police and Heroism in Contemporary Czech Representations of Socialism. Perceptions of Society in Communist Europe*, 2018.
- RIGNEY, Ann. Transforming Memory and the European Project. *New Literary History*, Vol. 43, No. 4, A New Europe?, 2012, p. 607-628.
- ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- SEGAL, Raz. *Genocide in the Carpathians: War, social breakdown, and mass violence, 1914-1945*. Stanford Studies on Central and Eastern Europe, 2016.
- STAN, Lavinia. The Vanishing Truth? Politics and Memory in Post-Communist Europe. *East European Quarterly*, XL, No. 4, 2006.
- TALMON, Jacob L. *The Origins Of Totalitarian Democracy*. Mercury Books London, 1961.
- TRAVERSO, Enzo. *El totalitarismo: Historia de un debate*. Universidad de Buenos Aires, primera edición: julio de 2001.
- WILLIAMS, Kieran; FOWLER, Brigid; SZCZERBIAK, Aleks. Explaining Lustration in Central Europe: A Post-Communist Politics Approach. *Democratization*, Vol. 12, No.1, 2005, p. 22-43.